



A SUDENE E SEU INVENTOR

Clemente Rosas



Fundação
Joaquim Nabuco
Editora Massangana

Estes artigos sobre a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), escritos ao longo de mais de vinte anos, espelham a visão crítica de um dos seus veteranos servidores sobre os problemas, os desafios, as vicissitudes e as incompreensões que a autarquia teve de enfrentar, em mais de meio século de existência.

Tendo ingressado na Sudene, com grande entusiasmo, em 1963, logo após a conclusão do seu curso superior e o final de sua militância no movimento estudantil, Clemente Rosas teve, por duas vezes, rejeitada a sua dedicação, na forma de demissões arbitrárias. A primeira, no final de 1964, por razões políticas. A segunda, através de uma “colocação em disponibilidade”. Em ambos os casos, a autoridade pública reviu a decisão e o reintegrou ao quadro de funcionários.

Mesmo nos períodos em que esteve fora da autarquia, a vida de Clemente Rosas gravitou em torno dela. Seja em instituições como a Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste, que fazia um trabalho de atração de investidores para a região, seja como consultor ou executivo de empresas beneficiárias de incentivos fiscais por ela administrados, seja no Governo de Pernambuco, em suas relações com a agência regional.

De toda essa longa e obstinada luta, são testemunhos os artigos aqui reunidos, grande parte dos quais publicados nos diários pernambucanos, mas alguns também em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Os últimos artigos deste livro - incluindo uma conferência na Academia Paraibana de Letras, em sessão de homenagem ao criador da Sudene - foram produzidos em defesa de Celso Furtado, submetido, após a morte, a “ataques incosequentes de críticos amadores, ou em

**A
SUDENE
E SEU
INVENTOR**

A SUDENE E SEU INVENTOR

Clemente Rosas



Fundação
Joaquim Nabuco
Editora Massangana

ISBN 978-65-5737-037-7

© 2023 Do autor

Reservados todos os direitos desta edição.

Reprodução proibida, mesmo parcialmente, sem autorização da Editora Massangana, da Fundação Joaquim Nabuco.

Fundação Joaquim Nabuco | www.fundaj.gov.br

Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte (Dimeca)

Rua Henrique Dias, 609 – Ed. Ulysses Pernambucano – Derby

Recife-PE | CEP 52010-100 | Telefone (81) 3073.6767

Editora Massangana | Telefone (81) 3073.6321

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Santana

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Márcia Angela da Silva Aguiar

DIRETOR DE MEMÓRIA, EDUCAÇÃO, CULTURA E ARTE

Túlio Augusto Velho Barreto de Araújo

EDITORA MASSANGANA:

COORDENADORA

Elizabeth Mattos

CHEFE DO SETOR DE EDITORAÇÃO

Antonio Laurentino

EDIÇÃO

Marcelo Abreu (colaborador)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Hiago Henrique (colaborador)

Foi feito o depósito legal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Fundação Joaquim Nabuco – Biblioteca)

R789s Rosas, Clemente

A Sudene e seu inventor / Clemente Rosas. - Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2023.

112 p.

ISBN: 978-65-5737-037-7

1. Sudene. 2. História. 3. Coletânea de artigos de jornal. I. Título

CDU: 354.31:93(812/814)

SUMÁRIO

Prefácio	7
Uma missão (quase) impossível	9
Por que voltamos?	13
Em defesa dos incentivos regionais	15
O Brasil nos dói	19
As novas cassações	21
O futuro chegou ao Nordeste?	25
Amargo regresso	27
Sobre propostas de modificação dos incentivos fiscais	31
Ainda sobre incentivos fiscais e propostas equivocadas	35
A Sudene que o povo quer	39
Apontamentos para a “Agenda Nordeste”	43
Administração criteriosa dos incentivos fiscais	47
Propostas sem diálogo	49
Um americano tranquilo	51
O sr. Ciro Gomes, a Sudene e o Nordeste	55
Incentivos regionais	57
Boa sorte, general	61
Sudene: a missão e os meios	63
Sudene, sempre	65
Crônica de uma morte desmentida (1)	67
Crônica de uma morte desmentida (2)	69

A verdade e seus contrários	71
A guerra acabou	73
Nas mãos do congresso	75
José Serra e o Nordeste	79
O grande blefe	81
Situação constrangedora	83
A nova Sudene e seus meios	87
Novas propostas sobre incentivos	89
Carta a um jovem repórter	91
Homenagem a Celso Furtado	93
Sobre Celso Furtado	95
Em louvor de Celso Furtado	99
<i>Como conheci Celso Furtado e sua obra</i>	99
<i>A mística da Sudene e o carisma do seu criador</i>	100
<i>Paraibano, nordestino e cidadão do mundo</i>	101
<i>A ciência econômica multidimensional</i>	102
<i>O “lobo solitário”</i>	103
<i>O “profeta secular”</i>	104
<i>Morte e vida de Celso Furtado</i>	105
Morte e vida da Sudene	107
Celso Furtado não errou!	109

PREFÁCIO

Estes artigos sobre a Sudene, escritos ao longo de mais de vinte anos, espelham a visão crítica de um dos seus veteranos servidores sobre os problemas, os desafios, as vicissitudes e as incompreensões que ela teve de enfrentar, em mais de meio século de existência.

Passada a “longa noite” do Governo Militar, houve clima para reflexão sobre as motivações e as perspectivas da autarquia, com remissão às circunstâncias em que ela foi criada, e aos percalços de sua evolução, nos primeiros vinte e cinco anos. Este foi o tema do primeiro texto: *Uma missão quase impossível*.

Tendo ingressado na Sudene, com grande entusiasmo, em 1963, logo após a conclusão do seu curso superior e o final de sua militância no movimento estudantil, o autor destas linhas teve, por duas vezes, rejeitada a sua dedicação, na forma de demissões arbitrárias. A primeira, no final de 1964, por razões políticas, mesmo havendo sido inocentado de hipotéticos crimes de pensamento pela Comissão Geral de Investigações da Ditadura Militar. A segunda, através de uma “colocação em disponibilidade” sem qualquer justificativa, no início do Governo Collor. Em ambos os casos, a autoridade pública admitiu seu erro, e o fez voltar. São os temas do segundo e do quinto artigos desta coletânea: *Por que voltamos?* e *As novas cassações*.

Mas devo registrar que, mesmo nos períodos em que estive fora da autarquia, minha vida gravitou em torno dela. Seja em instituições como a Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste, que fazia um trabalho ancilar de atração de investidores para a região, seja como consultor ou executivo de empresas beneficiárias de incentivos fiscais por ela administrados, seja no governo estadual pernambucano, em suas relações com a agência regional. Acompanhei, portanto, todos os seus passos, sofri com seus tropeços, defendi-a contra acusações injustas, relacionadas sobretudo com a gestão de um dos seus instrumentos mais eficazes, os estímulos fiscais a empreendimentos produtivos. De toda essa longa e obstinada luta, deixei testemunho nos artigos aqui reunidos, em sua maioria publicados nos diários pernambucanos, mas alguns também em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo.

Faço menção especial aos textos produzidos em torno do episódio ignominioso da extinção da autarquia, outro imperdoável erro do Governo Federal, hoje penosa e imperfeitamente reparado. Eles começam com o artigo intitulado *Boa sorte, General*, louvando, em sua retirada, o superintendente, general Nilton Moreira Rodrigues, que a recuperou e revalorizou, e terminam com artigo *A guerra acabou*, quando a violência da extinção foi consumada. Seguiram-se outros, expressando a inconformação da sociedade nordestina com o fim do órgão, até o seu bisonho restabelecimento.

Os últimos artigos deste livro – incluindo uma conferência na Academia Paraibana de Letras, em sessão de necrológio do criador da Sudene – foram produzidos em defesa do doutor Celso Furtado, submetido, após a morte, a ataques inconsequentes de críticos amadores, ou em busca de notoriedade. Não foi menos que um dever, por parte de quem, como tantos jovens de minha geração, se deixou envolver pelo carisma do inventor da Sudene, e a ela dedicou a melhor parte de sua vida profissional.

Agradeço à Fundação Joaquim Nabuco e à Editora Massangana a oportunidade de dar a estes textos a honra da impressão em livro, velho sonho acalentado há vários anos. Neste tempo de irreflexões e decisões apressadas, creio que sua leitura pode ser útil, tanto como visão crítica do passado, como para tomada de consciência do presente e projeções para o futuro.

Clemente Rosas

UMA MISSÃO (QUASE) IMPOSSÍVEL

Sou um homem de boa-fé. Por isso parto da suposição de que todos os postulantes à Superintendência da Sudene estão imbuídos do espírito de servir à região, e nunca de locupletar-se, satisfazer vaidades, extrair vantagens políticas.

Posto difícil de preencher, esse, que ainda permanece em aberto. Mais difícil do que os ministérios, distribuídos equilibradamente pelas forças heterogêneas da Nova República, graças à sabedoria do Dr. Tancredo. E agora dependente do discernimento – e da coragem – do seu ilustre sucessor.

Para ocupá-lo, não vejo conciliação possível, nas atuais circunstâncias. Como contendores acirrados, defrontam-se, na defesa dos seus interesses, governadores, lideranças sindicais, empresários, profissionais liberais, políticos e a “nova classe” de pecuaristas abastados surgida com a maré dos incentivos fiscais. Qualquer decisão terá de contrariar alguma dessas forças.

Mas, como a decisão terá de vir, desejo antecipar, na condição de antigo técnico da entidade, e, como qualquer nordestino, interessado em seu futuro, algumas advertências ao escolhido, sobre as dimensões da sua tarefa. Pois não será nada fácil cumpri-la.

Para compreender o nível de expectativa em torno da Sudene, nesta abençoada fase de renascimento democrático do país, é importante lembrar o que representava ela, em seus primórdios, em relação à gente, e, em especial, aos jovens da região. Para toda uma geração recém-saída dos bancos universitários, era nada menos do que a perspectiva de plena realização pessoal, profissional e política, através do engajamento na mais nobre das missões: a redenção econômica do Nordeste. E só quem viveu aqueles momentos pode bem testemunhar o entusiasmo e o desprendimento com que todos se dedicavam ao trabalho.

Depois veio 1964, com toda sua carga de equívocos e incompreensões, em relação à autarquia de desenvolvimento regional. Seus melhores cérebros começaram a emigrar para o exterior e para a iniciativa privada. Sob o comando de João Gonçalves de Souza, os critérios técnicos e impessoais para recrutamento, formação e promoção de quadros foram sendo

progressivamente abolidos. E os critérios políticos – com “p” minúsculo – para o tratamento de reivindicações estaduais foram sendo adotados. Sem o carisma de um chefe respeitado pela sua competência, dedicação e honestidade, a equipe foi dominada pela viuvez e pelo desencanto. Até modestos funcionários administrativos pediram demissão, por não acreditarem mais na Sudene.

O processo de esvaziamento, de perda da autoridade técnica, com as sequelas da degradação salarial, baixo rendimento do trabalho e retirada de atribuições, continuou ao longo de todo o período autoritário, com dois breves movimentos de retorno, logo contidos: as gestões de Euler Bentes Monteiro e Rubens Costa. Os demais superintendentes, até os anos recentes da abertura, pouco entendiam de desenvolvimento, e estavam ali cumprindo ordens – ainda que estas equivalessem, simplesmente, às de montar guarda a um monumento em ruínas.

De planejadora e responsável maior por toda a ação do Governo Federal na região, enfrentando o desafio das reformas estruturais, a Sudene converteu-se em mera administradora de incentivos ao empresariado, e repassadora de recursos, segundo critérios pré-estabelecidos por instâncias superiores. Os seus Planos Diretores, antes aprovados pelo Congresso, foram abolidos. De interlocutor direto da Presidência da República, o seu superintendente passou a subordinado de um ministério cuja principal característica era o artificialismo e a falta de organicidade. Por fim, até os incentivos se foram pulverizando, por outras regiões e setores, e os recursos de repasse mingando a cada ano.

É dispensável dizer que toda a capacidade de adaptação e autorregulação foi sendo perdida. O último esforço importante de correção de rota, em razão de problemas emergentes, deu-se com a criação do Finor, em 1974. Mas ainda prevalecem os critérios de prioridade para alocação de recursos de incentivo a projetos industriais e agrícolas estabelecidos em 1969, como se mais de quinze anos não fossem período suficiente para impor um reexame da questão. A instituição ossificou-se, quedando-se, hirta, à margem do tempo.

E agora? Como recomeçar? Muita ilusão será desfeita, na medida em que, como bem soube compreender Francisco Oliveira, seu antigo superintendente-adjunto, não se pode mais pensar em “realizar o projeto que não vingou”, o que seria inviável após o transcurso de um quartel de século, mas sim em “encarar o projeto que vingou” – dissecar-lhe os efeitos perversos, reorientá-lo, corrigi-lo, à luz dos novos dados da realidade. O saudosismo dos que, estoicamente, suportaram, lá dentro, todos esses anos,

e aguardam a restauração dos “tempos heroicos”, embora compreensível, está fadado à frustração. Não há retorno para a roda da História.

No entanto, alguma coisa precisa ser feita, embora a tarefa me pareça o maior desafio da Nova República. O novo chefe precisa vencer na frente interna, extirpando a desesperança e o enfado de uma equipe tão longamente desassistida, subutilizada e mal retribuída, e restabelecendo-lhe a disposição para o sacrifício da função pública. Para isso, dependerá de forte apoio do Governo Federal, traduzido em meios materiais e financeiros, liberdade de movimentos, confiança política e, sobretudo, a devolução das prerrogativas e do papel histórico da entidade. Mas precisa também vencer na frente externa, recuperando a credibilidade, o respeito, a mística da instituição junto às lideranças da sociedade civil, à intelectualidade, aos trabalhadores, aos jovens. Uma conquista condicionando a outra, em inevitável interdependência.

Sou um homem de boa-fé. Por isso creio que os atuais postulantes à Sudene, e os mais a serem convocados, estarão conscientes da magnitude da tarefa que os aguarda, e prontos a imolar-se por ela. Deles será exigido o resgate de um sonho. Uma missão quase impossível.

Publicado no *Diario de Pernambuco* em 08/05/85.

POR QUE VOLTAMOS?

Passada a alegria da festa, irrecusável em qualquer retorno e em qualquer reencontro, vem o momento da reflexão. E das explicações.

Pois devemos explicações. Não só os antigos e novos companheiros que nos receberam carinhosamente, no dia 22 de abril, numa cerimônia ao mesmo tempo solene e familiar. Mas também a todos que assistiram, pela televisão, ao ato de reintegração dos demitidos, por motivos políticos, da Sudene, ou dele tiveram conhecimento pelos jornais – e não foram poucos.

Afinal, por que estávamos ali? Durante vinte e dois anos estivemos dispersos, em empresas privadas, como consultores independentes ou em organismos internacionais. Alguns amargaram o desconforto das prisões, outros apenas um temporário desemprego, e o aborrecimento de inquéritos intermináveis, à conta de vagos delitos de opinião. Uma parte foi forçada a emigrar, a outra preferiu cumprir aqui mesmo o seu exílio, na expressão do poeta Moacyr Félix. Mas, apesar das restrições e dos obstáculos, podemos afirmar, sem modéstia, que o padrão dominante das nossas vidas, desde então, não foi o do fracasso. Os que sobreviveram – pois até houve quem cedesse à aventura da luta armada e nela sucumbisse – podem-se considerar bem sucedidos, mesmo pelo estreito critério do bem-estar material.

Algumas pessoas dirão que o reingresso é a reparação moral de uma injustiça, que todos julgávamos merecer, mesmo sem o propósito de ficar. Os de menor informação, ou de menor espírito, lembrarão os altos salários que a Sudene hoje paga, e a estabilidade e o relaxamento do emprego público. Haverá também quem suspeite de motivações ainda menos nobres, como a simples vaidade, ou pretensões político-partidárias.

Em tudo pode haver uma gota de verdade, já que o julgamento em causa própria é sempre imperfeito. Mas quero apresentar aqui uma razão mais forte do que todas, fundada no próprio estofamento ético-psicológico dessa geração que hoje retorna, de cabelos grisalhos, aos ambientes onde outrora deu vazão ao seu entusiasmo juvenil.

Recém-saídos dos bancos universitários, recebíamos, naquela época, uma doutrinação sobre a importância da função pública no setor de planejamento, que nos fazia valorizar e amar a nossa atividade. Conscientes, pelo processo mesmo de seleção que exigia a entrada na Sudene, de sermos uma

elite, com irrenunciável responsabilidade em relação ao desenvolvimento regional, púnhamos corpo e alma no trabalho. E tínhamos a ilusão – ou, ao menos, a esperança – de realizar grandes transformações.

Jogados na iniciativa privada, colhemos as suas benesses e conhecemos as suas limitações. Ali não há lugar para a perspectiva abrangente, apesar dos bons salários. Todos os objetivos devem estar subordinados ao principal, que é a otimização do resultado, ao nível de cada unidade. Fazemos as coisas que interessam a um número limitado de indivíduos, quando não a um único indivíduo.

Aliás, não poderia ser de outro modo. É da lógica do sistema de livre iniciativa perseguir-se a racionalidade das partes, com desprezo pela do todo. E, bem ou mal, tem funcionado. Só que não é para pessoas com as nossas motivações.

Acreditem se quiserem. Mesmo sabendo que o espaço institucional da Sudene já não é o mesmo, como não o será nosso próprio espaço lá dentro, preferimos voltar. Preferimos tentar fazer coisas que interessam a um número maior de pessoas, a toda a coletividade. Ainda que sem ilusões, procurando compensar o ardor arrefecido pelos anos com o “saber de experiência feito”.

O bem-estar material e o êxito profissional não são suficientes para encher as nossas vidas. Num momento em que o Governo, pela sobriedade de alguns dos seus agentes, procura restaurar a dignidade da função pública, parece-nos importante dar a conhecer isso.

Publicado no *Diario de Pernambuco* em 09/05/86.

EM DEFESA DOS INCENTIVOS REGIONAIS

Entendidos, genericamente, como os diversos tipos de subsídios e isenções de impostos que o Governo administra, visando a favorecer setores econômicos, segmentos populacionais ou regiões, os incentivos vivem maus tempos. Seja pela sua contribuição à formação do déficit público, que é imperioso conter para vencer a inflação, seja pela onda universal de neoliberalismo que avança sobre nossas praias, favorecida pelos ventos de políticas intervencionistas irresponsáveis e desarticuladas, a expectativa é de sua extinção, ou pelo menos, drástica redução. Foi anunciado, recentemente, o fim do subsídio ao consumo do trigo, medida proposta desde a época do Plano Trienal do presidente João Goulart, e sempre adiada. Os incentivos setoriais e regionais vêm sofrendo progressivas restrições: as deduções do Imposto de Renda para aplicação em pesca e turismo já não são possíveis, o crédito-prêmio para exportação não existe mais, e a proporção de três para um, em relação a recursos próprios, passou à história do Finam e do Finor.

No entanto, o juízo que se venha fazer sobre incentivos, sem classificá-los em grupos específicos, será sempre equivocado. E tal equívoco pode resultar altamente danoso para o país, ou, mais precisamente, para os brasileiros, tão presentes nas falas presidenciais.

Para uma avaliação mais justa, podemos começar por agrupá-los em três categorias: os incentivos setoriais, os benefícios sociais e os incentivos regionais.

Sobre o primeiro grupo, o julgamento é fácil. Alguns são essencialmente transitórios, outros nunca deveriam ter existido.

Com efeito, qual o critério sólido para privilegiar determinadas atividades econômicas em detrimento de outras? Por que, por exemplo, deve o Estado renunciar a receitas tributárias e deixá-las fluir para empreendimentos privados de pesca, turismo ou reflorestamento, em lugar de indústrias de medicamentos básicos, de bens de salários, ou projetos de preservação ecológica?

Pode-se argumentar que os setores incentivados constituíam pontos de estrangulamento, cuja remoção fazia-se necessária. Mesmo quando verdadeira, a alegação merece reparos. Em primeiro lugar, há que pôr em questão a essencialidade do setor favorecido e a urgência do seu

desenvolvimento. Em segundo, cabe lembrar que tais “gargalos” são, por natureza, transitórios: os sinais emitidos pelo mercado, através do sistema de preços, acabam por motivar inversões, atraindo fatores empregados em outras atividades, e equilibrando, a longo prazo, o sistema.

Às vezes, é verdade, torna-se conveniente “ajudar” o mecanismo de mercado, pois a “mão invisível” não tem pressa. Isso pode ocorrer diante de situações inesperadas, como os choques do petróleo de 1973 e 1979, que motivaram o Proálcool. Ou para romper barreiras culturais ou institucionais que inibem as iniciativas, como no caso dos incentivos à exportação de manufaturados. Ainda aqui, a transitoriedade é da essência do instrumento.

Na categoria de benefícios, a questão é, sobretudo, de política social. Seus determinantes são os valores das facções detentoras do poder. Assim, um governo social-democrata, por hipótese, deve ser mais sensível à manutenção de um subsídio do consumo do leite, insubstituível na alimentação das crianças, do que um governo conservador. Em contrapartida, não isentaria de impostos ganhos especulativos. Lidamos aí com opções preferenciais por diferentes grupos da sociedade, tendo menos a ver com a solidez e o dinamismo da atividade econômica.

Sobre o terceiro grupo, o dos incentivos regionais, é que desejamos nos deter. E não pretendemos recorrer a números, para defender a sua continuidade. No caso do Nordeste, os números estão disponíveis – empregos gerados, retorno tributário, evolução do PIB e do produto industrial da região – e, de tão manipulados, já nos cansam. Se melhores resultados não foram atingidos, como bem sentenciou, no Conselho Deliberativo da Sudene, o dr. Rômulo Almeida, não é porque os incentivos tenham falhado. É porque foram insuficientes. Vamos, portanto, aos conceitos.

Em regimes de livre iniciativa, todas as forças atuantes no mercado operam no sentido das economias de aglomeração e, conseqüentemente, da concentração geográfica. A região que, por condições de clima, geografia ou fortuna histórica, resulta mais rica, passa a drenar capital e mão-de-obra das outras, desenvolvendo-se de forma cada vez mais rápida. Não há qualquer movimento natural que se contraponha a esse. A lógica do equilíbrio entre esses setores não funciona no espaço.

Portanto, excluído o modelo das “economias de comando”, que, bem ou mal, podem planejar territorialmente o seu desenvolvimento, não há esperança de redenção para as regiões subdesenvolvidas, em qualquer país do mundo, sem o mecanismo compensatório dos incentivos. Só ele pode, artificialmente, e por razões mais elevadas, contrabalançar a inexorável tendência das forças produtivas para a concentração espacial.

Por isso, nós, habitantes da periferia, sabemos que o discurso neoliberal, ainda que simpático e oportuno, deve ser relativizado. Por isso, afirmamos que os incentivos regionais podem – e devem – ser ajustados, aperfeiçoados, depurados. Mas não podem ser extintos. E, como cidadãos da República, menos ricos mas iguais em direitos, lutaremos por eles.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 14/05/88 e na *Gazeta Mercantil* em 18/05/88.

O BRASIL NOS DÓI

É de surpreender que o último livro de Celso Furtado, *A fantasia desfeita*, tenha suscitado tão poucos comentários. Pois, como escreveu Cristovam Buarque (*Jornal do Brasil*, 04.06.89), seus principais personagens são ideias. Ideias transformadoras que não puderam materializar-se, e permanecem, até hoje, em aberto desafio à contestação ou à implementação.

Contudo, para os que vivem a atual fase da administração pública brasileira, o livro encerra lições mais elementares.

Ali recordamos como Juscelino Kubitschek lançou a Operação Nordeste e criou o Codeno, sensibilizado com a análise feita sobre o problema da região e convencido da solução proposta pelo jovem técnico da Cepal. E temos a revelação de como o presidente teve de barganhar no Congresso, para assegurar a aprovação da lei de criação da Sudene, acenando, para os representantes das oligarquias nordestinas, com a negociabilidade do cargo de superintendente. Apenas para depois manter à frente da nova instituição o seu idealizador, contra todas as pressões espúrias que vinha sofrendo.

Vemos como o imprevisível Jânio Quadros teve a grandeza de conservar no posto aquele que não o reivindicava, preservando-o da sanha da reação e da cobiça do clientelismo. E como, após a frustrada manobra da renúncia, o seu sucessor, o imaturo João Goulart, soube ainda resistir ao cerco da corrupção e do conservadorismo, declarando, de forma comovente em sua simplicidade, que não assinaria a demissão de Celso Furtado “nem que lhe cortassem a mão”.

Aí temos a lição. Três presidentes sucessivos, vinculados a partidos adversários – PSD, UDN, PTB –, de personalidades as mais diferenciadas, ostentando virtudes e defeitos inconfundíveis, optaram por confiar cargo de importância vital para o país a um nome suprapartidário, cujas principais credenciais eram a autoridade técnica e a honorabilidade. Como quer que a História um dia os venha julgar – levianos, austeros, lenientes, visionários, paranoicos ou tíbios – nessa simples atitude, não mais que a aceitação de um princípio administrativo elementar, eles souberam ser estadistas.

E agora? Passada a “longa noite” ditatorial, esperávamos da Nova República o resgate do velho projeto de redenção do Nordeste, através, entre outras coisas, da recuperação do seu órgão de desenvolvimento.

A sabedoria de Tancredo Neves e suas declarações sobre o problema nordestino como “o principal dos problemas nacionais” alimentavam a esperança. Mas o dr. Tancredo não viveu para que lhe pudéssemos cobrar as promessas.

Em lugar disso, o que se tem observado é a prevalência dos critérios da indicação partidária, ou da amizade pessoal, na nomeação dos dirigentes desta, como de outras entidades do governo. A afirmação não envolve qualquer agravo aos escolhidos, pessoas respeitáveis, no caso da Sudene, mas não pode ser desmentida, como não se pode negar a estreiteza das soluções. E o recente episódio da Chesf ilustra, de forma definitiva, a mesquinhez do cenário em que somos forçados a atuar.

Pois aí reside a dimensão trágica da função pública. Nós, que aprendemos com Celso Furtado, naquela época, a tentar usar o poder político para transformar a nossa região, e que, passados tantos anos, tivemos a coragem de voltar a conviver com ele, sem transigir nem corromper-nos, conservando, como diz Cristovam, a nossa capacidade analítica, nós nos reconhecemos impotentes diante desse quadro. Nada podemos fazer, enquanto técnicos e servidores do Estado, para modificá-lo.

Só nos resta a espera obstinada e vigilante por tempos menos sombrios, que ninguém pode antever, com segurança. Viveremos para chegar, válidos, até lá? A próxima “temporada” presidencial parece perdida: os postulantes mais sérios são os menos viáveis.

Por enquanto, podemos apenas repetir o grande pensador basco: pelos padrões de sua administração pública, o Brasil nos dói.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 10/07/89.

AS NOVAS CASSAÇÕES*

O advento do Parlamentarismo (...) tem que encontrar algumas condições para que possa ser implementado com sucesso. Uma delas é uma burocracia profissionalizada, competente, eficiente, cuja marca principal seja o mérito.

A revitalização da Sudene como órgão coordenador do nosso desenvolvimento é, portanto, urgente.

(...) me sentirei eternamente comprometido com os técnicos desta Casa (...). A esses técnicos honestos (...) que mantêm ainda acesa em seus corações a esperança de ver a Sudene retornar aos seus áureos tempos (...) os meus agradecimentos.

Fernando Collor

Se o conjunto de medidas adotado pelo Governo Collor, em seu primeiro dia, deixou a esquerda perplexa, como havia antecipado o presidente, ao menos a implementação de uma delas – a Reforma Administrativa – traz nova fase de perplexidade. E, para os esquerdistas de boa-fé, que, surpreendidos com o caráter social-democrático da política fiscal anunciada, propuseram naquele momento uma atitude de “apoio condicionado e expectativa vigilante”, soa como uma bofetada no rosto.

Pois a tarefa de “colocação em disponibilidade” de servidores, a que se tem limitado, na prática, a tão ansiada Reforma Administrativa, parece não obedecer a nenhum critério técnico, nem moral. No caso da Sudene, que conhecemos de perto, os princípios informadores foram, ao que tudo indica, bem diversos: uma mescla de motivações políticas e obscuras idiosincrasias.

Como consequência, algumas das cabeças mais brilhantes, alguns dos técnicos mais dedicados, alguns dos espíritos mais operosos da instituição foram escorraçados. Uma seção inteira foi simplesmente aniquilada: a Comissão de Estudos Constitucionais, que teve participação direta na concepção e formulação de alguns dos dispositivos da nossa Carta Magna, de interesse para o Nordeste, como os artigos 159, 165, e 35, 41 e 42 das Disposições Transitórias, e poderia, se devidamente acionada, continuar velando pelo interesse regional na elaboração de toda a legislação complementar pendente. (Seu último trabalho, ironicamente, havia sido uma

* Clemente Rosas foi técnico da Sudene, contratado em 1963 através de processo seletivo, demitido por razões políticas em 1964 e reintegrado em 1986. Quando da publicação deste artigo, estava à disposição do Governo do Estado de Pernambuco, no exercício de cargo de confiança de direção superior, sem ônus para o Governo Federal. (Nota do editor)

avaliação construtiva dos impactos do Plano Collor na economia nordestina). Além disso, a grande maioria dos anistiados e reintegrados em 1986 foi atingida pelo novo expurgo.

É verdade que tanto a direção interina da autarquia quanto a liderança sindical, numa atitude questionável, opuseram resistência à discussão de critérios gerais e impessoais para o enxugamento do efetivo. E isso teria levado o secretário de Desenvolvimento Regional a chamar a si a responsabilidade pelas “degolas”. Mas é difícil crer que ele tenha trabalhado inteiramente às cegas. Não teria por onde começar.

Quem teriam sido, portanto, os novos “dedos-duros”? Não foram extintas as assessorias de segurança e informações? De uma maneira ou de outra, o velho sistema parece ter funcionado, ao menos em sentido inverso: para excluir da lista os amigos e os próximos. Alterações na ordem alfabética das relações encorajam tal suspeita.

Por outro lado, qual o critério para considerar “desnecessários” cargos em uma entidade cujos objetivos e cuja missão estão indefinidos? Sem reunir seu Conselho, sem administrar incentivos, sem planejar, submetida a um comando sem autoridade técnica, designado por critérios mesquinamente partidários, a Sudene é uma morta-viva. Se, como tal situação faz supor, não há lugar para o desenvolvimento regional no projeto deste governo para o Brasil, teria sido mais correto fechá-la integralmente. Assim, todos seriam colocados em disponibilidade, num tratamento equânime, e o majestoso prédio poderia ser vendido, com vantagem para o Tesouro Nacional.

Agindo como agiram, os executores da “reforma” causam um dano irremediável à instituição e às pessoas honestas que saem ou ficam. Para os que saem, a situação é pior do que em 1964. A pecha de “subversivo”, embora de vaga conceituação, tinha um nítido substrato político. Por isso, podia ser ostentada como um galardão. O rótulo de “desnecessário” é mais insidioso: pode implicar ociosidade, incompetência, desídia. E o que é pior: não oferece base para contestação.

Esse aspecto moral da situação criada é tão devastador quanto a ameaça de agonia lenta, com a redução dos salários. E até a possibilidade de reconvocação fica comprometida. O afastamento ignominioso fará com que, salvo em caso de extrema necessidade, os bons profissionais atingidos se recusem a voltar. A menos que haja uma nova reparação pública, como a que se deu com a anistia e a reintegração dos cassados, há quatro anos.

Para os que ficam a situação não é melhor. Não obstante a lisura de suas condutas, ou o poder das sombrias divindades que os salvaram

da proscrição, sobre eles pesará sempre a eiva da hipocrisia, o agravo da subserviência ou da cumplicidade.

Publicado no *Jornal do Brasil* em 14/07/90.

O FUTURO CHEGOU AO NORDESTE?

Esta pomposa frase, na afirmativa, serviu para o anúncio, pelo secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Batista, do plano intitulado “Diretrizes da Ação Governamental para o Nordeste”. O plano foi apresentado, em primeira mão, aos governadores nordestinos, lançado solenemente na reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, e publicado, na íntegra, no *Jornal do Commercio* de 31 de agosto findo. O confronto entre tal estardalhaço e o que, afinal foi dado à luz, faz parecer estranha, preocupante, a ausência de reações das lideranças civis, e dos núcleos de pensamento regional.

É verdade que os governadores falaram. Mas sua crítica foi centrada, sobretudo, na falta de medidas de emergência, para atenuar os efeitos da “seca verde” com que se defrontam, no momento. E houve algumas vozes, nos meios técnicos, que reclamaram da ausência de enfoque novo para os problemas da região. O documento não seria mais que uma vaga “carta de intenções”, “mescla de planos anteriores”, sem maior profundidade.

Tudo isso é certo e justo. Mas muito mais mereceria ser dito, diante da grande expectativa que se gerou em torno das ações do Governo Collor em relação ao Nordeste. Quando menos, caberia repetir aqui a famosa sentença de Horácio: “Parturient montes, nascetur ridiculus mus”.

Não foi dito, por exemplo, que o plano é de uma pobreza analítica lamentável, que se acentua quando o comparamos com outros textos básicos sobre o Nordeste. O mais antigo deles – o do GTDN – traz uma clara exposição sobre os processos de empobrecimento da região, mal compreendidos naquela época: a drenagem de renda para o Sudeste, pela proteção tarifária à indústria nacional, e a destruição da agricultura de subsistência, seguida de desemprego, como o principal problema das secas. Este, agora, apenas alinha alguns conhecidos indicadores econômicos e sociais relacionados com a miséria nordestina, sem qualquer especulação sobre as suas causas, antigas ou recentes.

No que diz respeito às propostas, algumas metas são lançadas, arbitrariamente, sem a definição dos instrumentos para atingi-las. Linhas de ação já constantes de programas elaborados pela Sudene, nos últimos anos, são arroladas, sem que se percebam as variáveis estratégicas escolhidas. “Nihil sub sole novum”.

Na indicação dos recursos a serem mobilizados, recorre-se à condenável prática, em que os governos autocráticos do passado foram vezeiros, de computar valores já comprometidos por imposição constitucional ou orçamentária, como repasses do FPE, FPM e Fundo Constitucional. Todos já viram esse filme, não há interesse na sua reprise.

Finalmente, para superar o conhecido problema da difícil articulação entre as ações dos diversos órgãos de governo, em lugar de aparelhar a Sudene, acena-se com um nebuloso Sistema Integrado para a Administração do Desenvolvimento Regional (Sider). Uma solução velhíssima: para corrigir disfunções de estruturas existentes, acrescenta-se-lhes uma outra estrutura.

É preciso dizer também – “last but not least” – que o documento é de penosa leitura. Vazado numa linguagem claudicante, frequentemente obscura, incorre em numerosos solecismos. Parece que as melhores equipes deste governo, de reconhecida competência, não estão tendo tempo – ou gosto – de se ocuparem das questões regionais.

Louve-se, de qualquer modo, a beleza do gesto: foi a primeira demonstração concreta da vontade presidencial de resolver os problemas do Nordeste. Mas, que diabos, a questão merece um tratamento técnico melhor. Na própria Sudene haveria gente para cuidar disso, se não a houvessem mutilado, colocando em disponibilidade alguns dos seus melhores quadros.

AMARGO REGRESSO

Aqui estou (...) para depor sobre um problema que ainda não encontrou o seu caminho.

(José Américo de Almeida, na Câmara dos Deputados em 10.11.1953).

A Sudene acaba de concluir, e os jornais noticiaram, um Programa de Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste. Em três anos, projeta-se a construção de adutoras, poços profundos, cisternas, barragens de perenização de rios, e açudes, que deverão elevar em 10 a 12 bilhões de metros cúbicos o estoque de água no Semiárido.

A novidade induz à reflexão: então a “fase hidráulica” das intervenções do governo para a solução do “problema nordestino” não se considerava encerrada? Que devemos dizer sobre isso, nós que há trinta anos proclamávamos, na linha das conclusões do GTDN, não termos aqui uma questão hidrológica, mas sim econômica, para a solução da qual outras seriam as fórmulas?

Faço um corte para registrar fato diverso, também recente, mas pouco divulgado, e explorar em seguida o laço que os aproxima. No seminário “Nordeste Ecodesenvolvimento”, realizado há poucos dias, procurei demonstrar, como debatedor, a importância do controle da variável demográfica em qualquer programa de desenvolvimento auto-sustentável. Às razões que havia apresentado, quando, há dez anos, abordei o tema no meu ensaio “Nordeste 1981” – filosóficas, morais, econômicas, sociais e políticas – acrescentei a ecológica. Afinal, a proliferação desordenada de qualquer espécie – inclusive a nossa – gera um problema de desequilíbrio ambiental: entre outras coisas porque as terras incorporadas à agricultura, para alimentar os humanos, são roubadas à vida selvagem.

Para minha surpresa, as conclusões do seminário, em sua versão preliminar, não faziam qualquer referência a essa formulação. Tive de protestar pelo que me pareceu, naquele momento, um simples caso de omissão tendenciosa.

A ligação entre os dois fatos está em que, se um nos revela, de forma dramática, os efeitos penalizadores da expansão populacional, enquanto variável fora de controle, o outro nos demonstra, no mesmo campo, a tenaz resistência do preconceito ao trabalho da razão e aos impactos da realidade.

Voltemos ao GTDN. Seu diagnóstico sobre o semiárido foi o de uma agricultura imprópria para aquelas terras, de clima irregular, por ali fixar populações que se viam reduzidas à indigência, a cada estiagem. Sua proposta foi substituir aquele tipo de atividade econômica – a lavoura de subsistência – por outro, resistente às secas: pecuária extensiva e cultivo de plantas xerófilas (exceção feita à irrigação, onde possível). Nova fronteira agrícola seria aberta, na Pré-Amazônia, para absorver o excedente demográfico produzido por essa transformação.

Corretos até hoje, esses projetos tiveram frustrada a sua realização, por razões que seria longo examinar aqui. As culturas de subsistência continuam lá, à mercê da enxada e dos caprichos de São Pedro, e com elas a legião de flagelados cíclicos. E a nova fronteira, onde pôde ser ocupada, não o foi por um vasto contingente de colonos, mas por uns poucos pecuaristas.

Como nada se propôs em relação ao planejamento familiar – fato compreensível, àquele tempo – as forças da procriação fizeram também o seu trabalho, ampliando as multidões de desvalidos. É só considerar o número de alistados nas frentes de emergência: 200 mil em 1952, 500 mil em 1958, 800 mil em 1970, 3 milhões em 1983. E hoje nos surpreendemos a repetir os lances iniciais da história da intervenção governamental no Nordeste, cuidando do mais elementar: prover de água os sertanejos.

No entanto, melhor que lamentar erros passados, é procurar aprender com eles. Não se justifica, agora, ao retomarmos o caminho, que o trato de um componente econômico-social tão importante como o crescimento demográfico continue bloqueado por tradições rançosas e prevenções de espírito.

A reproduzir, nesta ocasião, os argumentos usados por mim e por outros companheiros que mantêm a sua independência de pensamento em defesa do planejamento familiar, prefiro refutar algumas objeções. A de que ainda temos, no país, muita terra para ocupar é pueril: a explosão se dá justo nas áreas de concentração de gente e de miséria, a válvula da migração interna é insuficiente (os números assim também indicam), e a remoção forçada de populações é tenebrosa (Stalin e Pol Pot bem o demonstraram). A de que a taxa de natalidade tende espontaneamente a declinar com o desenvolvimento é manhosa: devemos impulsionar o processo de “paternidade responsável”, se não desejamos assumir uma postura de cômodo “laissez faire”. A de que não temos o direito de interferir na liberdade das pessoas é cínica: trata-se, exatamente, de dar às massas os meios para usufruírem da liberdade que nós, classe média, já desfrutamos, ao programarmos nossos filhos.

Não faço aqui a proposta simplória de reduzir a luta pelo desenvolvimento regional a uma questão de controle de nascimentos. Quero apenas chamar a atenção para esse lado do problema. E não hesito em afirmar que a resistência em encará-lo traz as marcas do obscurantismo, da conveniência ou da hipocrisia.

Bem sei que as coisas não são fáceis de executar, nesse campo. Nada, aliás, é fácil, em matéria de desenvolvimento. Mas a precondição de tudo é enxergar bem. Se marcharmos com viseiras, como animais de carroça, não podemos ter noção da amplitude do caminho.

Com sorte, espero viver mais trinta anos. É tempo suficiente para que as coisas mudem no Nordeste, se soubermos trabalhar para isso. Só desejo, então, não termos todos, mais uma vez, que refazer os primeiros passos, como agora.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 06/06/92.

SOBRE PROPOSTAS DE MODIFICAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS

Há certas formas difíceis de aperfeiçoar. A do ovo, por exemplo. Dúvida? Então pergunte a qualquer galinha.

Essa jocosa mensagem publicitária de décadas atrás, feliz ao ponto de ainda hoje ser lembrada, e de que se serviu a Volkswagen para continuar vendendo, por longos anos, o quase imutável Fusca, nos vem à memória a pretexto de recentes propostas de modificação dos fundos fiscais de desenvolvimento regional Finor e Finam. Aqui também temos estruturas que não se prestam a inovações especiosas.

No momento, duas comissões mistas do governo nacional estudam o assunto. Uma delas, presidida pelo senador Mansueto de Lavor, volta-se especificamente para a avaliação dos incentivos fiscais, na perspectiva de melhorá-los, eliminando seus pontos negativos. A outra, mais abrangente, e tendo como relator o senador Beni Veras, pretende propor alternativas inovadoras para o desenvolvimento regional, indo além dos instrumentos convencionais. Um bom começo para ambas, no entanto, seria chegar a uma compreensão mais límpida do que são os Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia, sua natureza, seu estrito papel, suas limitações, distorções e resultados.

Dispensem-nos de examinar aqui os dados sobre o desempenho do Finor, nosso caso particular. Esses números têm sido exaustivamente repetidos, sendo dos mais significativos os que revelam a contribuição, em impostos, dos projetos beneficiados: quase cinco vezes o valor do orçamento do fundo, para o mesmo ano de referência. Concentremo-nos no seu papel: o de um mecanismo compensatório da tendência à concentração espacial inerente a qualquer economia de mercado, atuando como elemento indutor da transferência inter-regional de poupanças e como fator de alavancagem de investimentos. Isso ajuda a compreender não apenas o que o Finor tem feito – o que é importante – mas sobretudo o que ele não pode fazer – mais importante ainda, para evitarmos descaminhos que poderão levá-lo ao descrédito, ao esvaziamento ou à iniquidade. Afinal, como já disse um superintendente da Sudene, não devemos vê-lo como a penicilina do subdesenvolvimento.

No curso da já longa história dos incentivos regionais, houve dois instantes de indiscutível aperfeiçoamento: em 1974, quando o velho sistema dos “artigos 34/18” foi substituído pelo dos fundos, eliminando-se a agiotagem na intermediação de recursos entre optantes e beneficiários, e há pouco, em 1991, com a exigência da aplicação em debêntures. Neste, procurou-se obter maior eficácia dos empreendimentos e melhores garantias para os investidores. Algumas das propostas ensaiadas na comissão do senador Mansueto, no entanto, ameaçam esses avanços, e podem fazer voltar as velhas mazelas.

A primeira, defendida arduamente pelo mega-empresário Olacyr de Moraes, pretende, nos casos especiais de aplicação direta dos recursos em projeto próprio, eliminar as exigências atuais de participação mínima de 5% de cada associado e de prévia definição da composição acionária da sociedade titular do empreendimento. Isso ensejaria, simplesmente, a volta da intermediação especulativa, as composições acionárias “ad hoc”, ou “pro-forma”, descartáveis, e, por outro lado, a absorção da totalidade dos recursos por apenas alguns grandes projetos, acentuando uma das vulnerabilidades do sistema: a sua tendência à concentração.

A exemplo dos políticos, que, segundo a fórmula do professor Roberto Campos, pensam somente na próxima eleição, é aceitável que os empresários pensem, antes de tudo, no próximo negócio. Cabe a nós, no entanto, técnicos e executivos envolvidos de alguma forma com a operação do mecanismo, zelar pela sua higidez, descartando fórmulas política e administrativamente indefensáveis, que apressariam a sua liquidação.

A outra proposta, que o próprio senador parece encampar, é diametralmente contrária, mas igualmente equivocada. Refere-se à extensão do benefício aos micro-empresários e à participação dos empregados no capital das empresas beneficiadas. Comentaristas mordazes diriam, talvez, que temos aqui um “desvio populista”, contrapondo-se ao desvio “elitista” que examinamos atrás.

Diremos apenas que não poderá funcionar: é incompatível com a mecânica do instrumento. O engenho que converte imposto em participação societária não é adaptável aos pequenos negócios, informais, individuais, instáveis que são, pela própria natureza. E ainda que o fosse, seria como inocular-lhe o vírus da auto-destruição, pelo esgotamento da sua fonte: quem continuaria optando pelo incentivo, para ver seus recursos esfarelados em atividades cuja missão se cumpre na simples subsistência?

Sobre a segunda parte da proposta não diremos nada. Esse nobre e romântico princípio vem sendo incluído em nossas constituições, sem

jamais converter-se em regras operativas, de menor grau. Aguardemos que o seja para o país como um todo, e não apenas em projetos incentivados no Nordeste. Até lá, a simples oferta de empregos já será bastante vantagem para a região.

Nossa esperança é que, como o velho Fusca, o sistema Finor/Finam continue preservado em sua concepção básica, até o momento da aposentadoria. Muitos aperfeiçoamentos nele podem ser feitos, e não é de hoje que temos propostas nesse sentido. Não parece razoável, no entanto, que tentem alterar-lhe radicalmente o “design”, acrescentando-lhe um “rabo de peixe”, ou pretendam fazê-lo funcionar sem combustível.

Publicado na *Gazeta Mercantil* em 19/06/92.

AINDA SOBRE INCENTIVOS FISCAIS E PROPOSTAS EQUIVOCADAS

É interessante observar como certas teses equivocadas de política econômica se tornam simpáticas, e ganham livre trânsito nos meios técnicos e políticos, sem merecer contestação, nem exigir tampouco maior esforço demonstrativo. O seu endosso é cômodo, parece servir a causas nobres, enquanto a refutação expõe a sérios riscos: incompreensões, agravos por motivação mesquinha ou interesse subalterno.

A ênfase que se empresta, como diretriz de planejamento, à produção de alimentos na Zona da Mata ou no Semiárido nordestino parece configurar um desses casos. Verdade é que, como os instrumentos de intervenção do Estado nesse campo são modestos, até hoje tem prevalecido a intuição do empreendedor privado, para sorte do produto agropecuário regional. No entanto, quando se pretende jungir um mecanismo sofisticado como o Finor a esse tosco artefato (senador Mansueto de Lavor, declarações à *Gazeta Mercantil* em 04.06.92), temos que assumir os percalços da contradita, empunhando a lança de D. Quixote, para obter, ao menos, o compromisso da fórmula latina: “Est modus in rebus”.

Vamos ao detalhe. Segundo a tese que questionamos, na Zona da Mata, a lavoura de subsistência seria alternativa à monocultura da cana-de-açúcar, tachada, há longos anos, de ineficiente, parasitária, concentradora de renda, responsável pelos vergonhosos indicadores sociais que ostentamos: a terra dos “homens guabirus”. No Semiárido, surge como réplica à pecuária extensiva, pouco empregadora de mão-de-obra, de configuração feudal: o país dos “donos de gado e gente”. Pelo matiz sócio-político, já dá para perceber como é difícil condicionar ou relativizar essas propostas.

Apesar de tudo, elas precisam ser relativizadas, se queremos chegar a ações viáveis e a transformações positivas. No primeiro caso, mesmo sem ignorar as mazelas da nossa economia canavieira, temos de reconhecer que não se encontrou, até hoje, atividade que a substitua, em iguais condições de amplitude de mercado, efeitos multiplicadores, geração de empregos e adaptação às condições ambientais. Lamentavelmente, a história da intervenção estatal no setor tem-se caracterizado pela desarticulação, pela descontinuidade, pelo paternalismo, registrando apenas breves momentos de

racionalidade e critério. E isso levou à desmoralização dos dois parceiros do negócio: o Estado interventor e o empresário privado, induzido à acomodação e ao imobilismo.

De qualquer modo, há sinais recentes de modificações na direção que parece sensata: a do aproveitamento integral das potencialidades da cana-de-açúcar. Não apenas como fonte de sacarose, mas, lateralmente, como geradora de energia da biomassa, biogás, ração animal, e, para adiante, como produtora de fármacos, “plásticos verdes” e outras conquistas da sucro-alcoolquímica. Para trás, o esforço deve ser no sentido do aumento da produtividade no campo, com concentração do cultivo nas terras mais aptas, e diversificação nas restantes. Aí podem ter espaço – mas numa posição ancilar, subsidiária – as “roças de matuto”, contribuindo para a mesa dos nordestinos com os gêneros tradicionais: feijão, milho, farinha de mandioca. Como também – e até preferencialmente – culturas mais nobres, em termos de mercado e geração de renda. Nada a temer: a verdadeira vocação para a lavoura de subsistência está no Agreste, a zona de transição entre as áreas aqui consideradas.

Passemos ao Semiárido. E comecemos por uma afirmação ousada: o processo de “pecuarização” que ali ocorre pontualmente, tão execrado pelos seus efeitos desfavoráveis sobre o nível de emprego, constitui, na verdade, um movimento natural de retorno à verdadeira aptidão daquelas terras. Releia-se o documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), matriz da Sudene e de sua primeira política econômica: lá está a diretriz da substituição das plantações vulneráveis à seca por atividades produtivas mais resistentes.

Não se contra-argunte com a irrigação. Por exigências de água e de solo, ela não pode ser estendida a todo o Nordeste. Onde for viável, é óbvio que deverá ser implementada, com máxima prioridade. Mas nesse caso, a experiência vem revelando também a opção por culturas mais sofisticadas, para processamento industrial ou exportação, que remuneram melhor o irrigante, em face dos altos custos do seu processo produtivo.

A importação de alimentos de fora da região, embora implique algum cuidado, se generalizada, não é, tampouco, nenhuma calamidade que nos leve a buscar, a qualquer preço, a auto-suficiência, sacrificando, para isso, nossos produtos tradicionais. Sempre haveremos de importar algum artigo primário de produção mais econômica em outras regiões. Mas que mal há em comprar arroz – por exemplo – a quem vendemos castanhas da caju, polpa de frutas ou uvas de mesa? A refrigeração e o encurtamento das distâncias, pelas facilidades de transporte, reduziram

a importância do auto-abastecimento. A especialização não é, hoje, a tragédia que foi a monocultura, no passado.

A questão essencial, portanto, é de geração de renda. A meta a perseguir, a elevação da produtividade, de par com uma comercialização compensadora. Se a conquistamos produzindo alimentos, matérias-primas para a agroindústria ou artigos de exportação, isso é irrelevante. O que não faz sentido é a fixação obsessiva na lavoura de subsistência, na perspectiva de garantir a comida do homem do campo... que poderá adquiri-la em qualquer parte, se bem remunerado. Ou será que esquecemos as lições dos manuais de economia marxista da juventude, que davam, como uma das características básicas do “modo capitalista de produção”, a produção para o mercado?

Por tudo isso, e apesar das boas intenções, estabelecer como prioridade para a obtenção dos recursos do Finor a produção de alimentos é diretriz capenga, ou mesmo desabonadora do sistema, pela suposição implícita de assistencialismo. Não é por aí que faremos socialmente mais eficaz o nosso incentivo, como é desejo de todos.

Publicado na *Gazeta Mercantil* em 28/08/92.

A SUDENE QUE O POVO QUER

O recente episódio da “ocupação” do prédio da Sudene por líderes sindicais e prefeitos interioranos, à frente de uma multidão de sertanejos desamparados, trouxe uma ótima oportunidade para a reflexão sobre a encruzilhada em que se encontra a autarquia regional, e os caminhos – ou descaminhos – que lhe querem impor.

Há quem sustente – entre estes a maioria dos técnicos da instituição – que a saída é a revitalização do órgão, através do seu reposicionamento na estrutura da administração pública brasileira (com o resgate simultâneo da função de planejamento, em escala nacional), e também do seu reaparelhamento interno, do aporte de recursos para a viabilização dos seus planos, da reconquista, na plenitude, de suas históricas responsabilidades de coordenadora das ações do Governo Federal no Nordeste. Mas há quem defenda a tese de que a Sudene deve ser “aliviada” de qualquer missão executiva, e dedicar-se exclusivamente ao planejamento, atribuindo à abrangência das suas tarefas a causa dos seus males. E há também aqueles que, partindo da premissa de que o “modelo” de desenvolvimento regional se encontra esgotado, recomendam “repensá-lo”, acenando com a vaga proposta de uma “Agenda Nordeste”.

Em defesa da primeira tese, e em refutação da segunda, tomemos o exemplo da situação que fomos levados a examinar, por conta do acontecido. Para enfrentar o flagelo da seca, dispunha a Sudene, inicialmente, de um Fundo Regional de Emergência – o Feane – e de um plano pronto para ser acionado, uma vez reconhecida e declarada a calamidade, pelo seu Conselho Deliberativo. A partir de 1967, esta última responsabilidade passou ao Ministério do Interior, e foi criado um Fundo Nacional, permanecendo ainda com a autarquia o múnus de coordenadora das ações na região.

Em 1988, no entanto, tal coordenação foi centralizada na Secretaria Especial de Defesa Civil do ministério. Em 1990, a dita secretaria é transferida para o Ministério da Ação Social (ficando a Sudene vinculada à SDR), e extingue-se o Feane. Em 1992, a mesma secretaria volta ao rebatizado Ministério da Integração Regional, e cria-se uma Comissão Nacional de Coordenação, restando à Sudene apenas o papel de acompanhamento das ações, ao nível de subcomissões estaduais.

Conclusão: a nossa perplexidade dos primeiros momentos, e a desconfortável sensação de impotência diante daquela massa de desassistidos deveram-se justamente à circunstância de nos terem, ao longo dos anos, “aliviado” de responsabilidades executivas nesse campo, como em tantos outros. De tal fato, porém, não tinham conhecimento os camponeses, nem seria razoável esperar que o aceitassem, como desculpa.

Quanto ao esgotamento do “modelo”, como adventício que sempre fui no reino dos economistas, posso responsabilizá-los por esse avantesma, simploriamente esconjurado, a todo instante, por líderes políticos e civis de boa-fé. A que nos estamos referindo? Se ao conjunto de diretrizes e prioridades com que se pretendeu nortear a atividade econômica e a ação do Estado na região, desde 1959, não há como desconsiderar uma série de obstáculos de natureza institucional, política e histórica, cujo exame não cabe aqui. Apenas o programa de incentivos à industrialização teve resultado razoável, e cumpriu seu papel, apesar de algumas distorções e da incompreensão de críticos compulsivos, que dele querem exigir milagres, e não produtos, empregos e tributos.

Por outro lado, há talvez uns dez anos venho ouvindo a cantilena de que é preciso “repensar” as soluções para o Nordeste. Já houve tempo, senhores. Quais são as novas propostas? Aquelas de que tive conhecimento, recentemente, em relação à tal “agenda”, me parecem justas. Mas não trazem nenhuma novidade: podem, sem deslustre para os seus autores, ser tomadas como uma reelaboração das linhas mestras do GTDN.

É o momento de voltarmos ao episódio da ocupação, para concluir que a comunidade nordestina não quer a Sudene como mera agência de planejamento, e a consagra como o principal braço executivo do Governo Federal neste pedaço do país. E para lembrar que a autarquia nunca foi puramente planejadora, sendo esta apenas uma roupagem que lhe deu seu fundador, Celso Furtado, para fazê-la aceitar pelas oligarquias regionais da época. Planos já lá existem – inclusive para a solução definitiva da nossa calamidade cíclica – à espera de decisão política e de recursos.

Espero, sinceramente, que o senador Beni Veras, relator da comissão do Congresso que estuda os desequilíbrios regionais brasileiros, e também sertanejo dos Inhamuns, saiba compreender a mensagem dos seus irmãos, e descarte as fórmulas especiosas que afloraram nas versões preliminares do seu relatório. O povo nordestino quer um órgão regional forte, ágil, autônomo, na plenitude do controle dos seus instrumentos de política econômica e de ação emergencial.

Nos meus tempos de marxismo romântico, ouvia às vezes falar, e até acreditava, na “força criadora das massas”. Hoje sou um tanto cético. Mas não posso deixar de reconhecer que aquela multidão de camponeses famintos nos apontou um caminho, e nos repôs diante de velhos compromissos.

Publicado no *Jornal do Comercio* em 25/03/93.

APONTAMENTOS PARA A “AGENDA NORDESTE”

Já que a proposta foi lançada, e será irrecusável gravitarmos em torno dela, não quero permanecer na cômoda posição do crítico que se compraz em apontar as suas inconsistências. Em recente artigo (“A Sudene que o povo quer”, *JC* 25.03.93), procurei demonstrar o caráter esquemático da ideia de “esgotamento do modelo” de desenvolvimento regional, o elementarismo da recomendação de “repensar o Nordeste”, o “*déjà vu*” de algumas diretrizes esboçadas. Sinto-me agora no dever de explicitar as minhas alternativas. Mesmo parciais e provisórias, espero oferecer com elas contribuição mais objetiva que vagos discursos preliminares pejados de emoção e de belos propósitos.

Não se sabe como as discussões da “Agenda Nordeste” irão desenvolver-se. Mas, desde logo, tem a Sudene recebido a encomenda presidencial de um plano para a região, a ser cumprida em sessenta dias. Nesse contexto é que devemos trabalhar, lançando mão dos elementos disponíveis.

Podemos começar desengavetando, mais uma vez, o Plano de Desenvolvimento Regional Integrado, o PDRI, exposto, com pompa e circunstância, a todos os ministros do governo Collor, especialmente reunidos, e depois abandonado. Trata-se da primeira abordagem inovadora no planejamento regional, desde o documento do GTDN e o I Plano Diretor, uma vez que o II, o III e o IV Planos Diretores da velha Sudene, com tênues mudanças de ênfase, apenas repetiram aquele, em termos de referencial teórico. No PDRI, adota-se o enfoque das “sub-regiões-programa”, que seriam atacadas prioritariamente, em razão das suas potencialidades, jogando-se em seu natural dinamismo como fator de empuxo para a região, como um todo.

Podemos também, até com mais urgência, pôr em ação o Plano de Fortalecimento dos Recursos Hídricos do Nordeste, de fornada mais recente. Os investimentos nele previstos – barragens, poços, cisternas – são, em boa parte, compatíveis com a mão-de-obra das frentes de emergência. E são, por óbvias razões, inadiáveis.

Tenho a impressão de que a nossa resistência psicológica em aceitar esse “retorno às origens” deriva, talvez, do fato de não o havermos incorporado, adequadamente, ao moderno discurso do desenvolvimento regional.

Na década de sessenta, tivemos a ilusão de que a “fase hidráulica” das soluções para o Nordeste estava superada. A seca de 1970 nos veio desmentir, mas, além das declarações lacrimosas do general presidente, nenhuma correção de rota foi empreendida. Dez anos mais tarde, no ciclo 1979-1983, continuamos surdos aos dobres da desgraça, apesar dos três milhões de alistados nas frentes de trabalho. E agora, com pedagógica regularidade, após mais um decênio, permanecemos às voltas com o que existe de mais elementar: o carro-pipa, o trem da água, o racionamento.

Se é de uma fórmula que necessitamos, para introjetar de vez essa realidade e passar a agir conseqüentemente, arrisco a minha: restauremos, com todas as passadas glórias, ao lado das disquisições socioeconômicas, a engenharia, como instrumento de ação desenvolvimentista em nosso Semiárido.

Indispensável é, também, que alguma proposta seja feita no plano das instituições, recuperando, em escala nacional, as estruturas de planejamento, e nelas ajustando, de maneira adequada, a Sudene. Um bom caminho seria a regulamentação dos artigos 43 e 174 da nossa Constituição, que tratam, respectivamente, das regiões e seus organismos, e da função planejadora do Estado. (Ainda neste caso, já há trabalho feito, merecendo apenas atenção e críticas). E, por fim, a revisão do sistema de ação emergencial em vigor, conferindo-se à autarquia posição mais flexível e autônoma para lidar, domesticamente, com a calamidade.

Pode-se contra-argumentar, de forma cômoda, que o problema fundamental do país é a inflação, e que, antes de vencê-la, não se deve pensar em outra coisa. Mas não se debela a inflação sem um amplo acordo – formal ou implícito – entre o Governo e os diversos segmentos da sociedade. E já lembrava o professor Paulo Haddad, em conferência, antes do seu efêmero ministério, que só pode haver entendimento para isso numa perspectiva de longo prazo. No curto prazo, as demandas são inconciliáveis: o governo quer conter o crédito, os empresários sonham ampliá-lo; produtores desejam rebaixar os seus custos – salários e juros – trabalhadores e banqueiros lutam para valorizar os seus fatores de produção; consumidores urbanos reclamam dos preços dos alimentos, fazendeiros reivindicam remuneração justa e garantias para os seus produtos. Como pactuar, sem horizontes, sobre essa base de conflitos? Só o exercício do planejamento permite a visão de futuro indispensável às renúncias e ao engajamento das pessoas, no presente.

No mais, é fortalecer, especializar e aperfeiçoar os instrumentos de política econômica regional existentes, sem a compulsão autofágica do

“apagar tudo para começar de novo”, e conquistar novos mecanismos de correção dos desequilíbrios espaciais. O início do processo de regionalização do orçamento federal, previsto na Constituição, é o melhor exemplo do que ainda pode ser feito.

Que não haja ilusões, todavia, quanto a hipotéticas receitas salvadoras. 1993 não é 1958, quando mal conhecíamos nossos recursos naturais, não tínhamos estatísticas confiáveis, e, por outro lado, a compreensão da dinâmica econômica e a própria ideia do planejamento eram ainda uma auspiciosa novidade. Hoje temos uma boa radiografia do nosso potencial e das nossas deficiências, mas não há registro de avanços doutrinários significativos, em matéria de desenvolvimento. Já não existem, portanto, mistérios a desvelar, nem sortilégios de que lançar mão. O desenvolvimento do Nordeste é, cada vez mais, uma questão de luta política, e cada vez menos de elucubrações teóricas.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 09/04/93.

ADMINISTRAÇÃO CRITERIOSA DOS INCENTIVOS FISCAIS

Em três diferentes oportunidades, anos atrás, mereci acolhida nas páginas de jornal de São Paulo para falar sobre incentivos regionais. A primeira vez (“Em defesa dos incentivos regionais”, na *Gazeta Mercantil*, 18.05.88), por ocasião dos debates da Assembleia Geral Constituinte, quando a maré neoliberal parecia querer engolfar mesmo as mais justificadas áreas de intervenção do Estado na economia. As duas outras (“Sobre propostas de modificação dos incentivos fiscais”, 18/19.06.92, e “Ainda sobre incentivos fiscais e propostas equivocadas”, 28.08.92) para refutar propostas bem intencionadas, mas bisonhas, de mudanças na mecânica do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e em diretrizes de política econômica para a região.

Devo confessar, no entanto, que, mesmo na plena convicção da justiça das teses defendidas, tive de conviver, naquelas oportunidades, com um íntimo conflito: o de saber, no fundo, que instrumentos tão ágeis, tão eficazes, tão meritórios na teoria, eram comprometidos por uma prática frequentemente viciosa. Com a escassez de recursos, e a pressão de sua demanda, por parte dos projetos beneficiários, acabava prevalecendo o critério político-clientelista na liberação dos valores. As decisões de concessão de estímulos a investimentos privados, ainda que legais, deixavam a desejar quanto à ética e aos princípios da racionalidade econômica. Os setores prioritariamente contemplados tendiam a não ser aqueles definidos pela atividade planejadora da própria autarquia regional.

Pois bem. Volto hoje a abordar o tema para trazer aos empresários do Sudeste – nossos sócios na empreitada do desenvolvimento nordestino – uma mensagem do seu interesse. Nada de novos argumentos em prol do tão referido tratamento especial para a região. Apenas uma singela notícia: agora são critérios gerais e objetivos, de natureza técnica e econômica, que determinam, com exclusividade, a administração dos incentivos aos investimentos privados e a liberação de recursos para os projetos beneficiários do sistema. Nenhuma recomendação política, nenhuma conveniência administrativa tem mais o dom de interferir no processo de seleção dos contemplados, submetido ao crivo da Junta Diretora da Sudene, permanentemente acompanhado e aperfeiçoado. E amplamente

dado a conhecer ao público. Essa é a orientação que vem mantendo, desde a sua posse, o general Nilton Moreira Rodrigues, atual superintendente.

Cabe aqui uma reminiscência, que nos leva à reflexão. Celso Furtado, em um de seus trabalhos, afirmou que, ao propor a criação da Sudene, procurou apresentá-la como uma entidade de planejamento. Não porque a concebera exclusivamente como tal – ao contrário, desde os seus primórdios a autarquia cumpriu importantes papéis de coordenação e execução. Mas simplesmente porque era a única maneira de fazer passar no Congresso Nacional a lei que a fez nascer. Os órgãos federais com atuação regional, esclareceu ainda Celso Furtado, eram totalmente controlados por grupos políticos locais, não se podia contar com eles, nem seria admissível que um novo órgão executivo fugisse ao padrão.

Belos tempos. Celso Furtado teve êxito, o projeto vingou, e seu mentor e líder, por inquestionável autoridade técnica, foi mantido no comando do processo, através de três governos sucessivos.

Trinta e cinco anos se passaram, muita coisa mudou na região e em sua agência de desenvolvimento, e nem tudo para o bem, infelizmente. A escolha, na atual administração federal, de um militar para chefiar o órgão, como saída para o impasse formado entre interesses inconciliáveis de grupo políticos, foi, na verdade, louvável para o seu autor, e honrosa para o nosso Exército. Foi melancólica apenas para a classe política nordestina, ao revelar o seu paroquialismo, e a sua obstinação em exercer um controle crescente sobre a gestão da entidade, como fazia, ao tempo de sua criação, com os demais organismos regionais.

Meu recado aos empresários e à opinião pública do Sudeste tem, portanto, dupla finalidade. Por um lado, testemunhar a boa nova, assim ajudando a superar a imagem negativa do programa de desenvolvimento do Nordeste, que se formou em algumas áreas. Por outro lado, contribuir para que a atual fase da gestão desse programa se consolide e, por um reconhecimento generalizado, se faça irreversível no curso do futuro governo, seja ele qual for. Afinal, administrar com sobriedade, isenção e exclusivo critério técnico não é tudo, mas é o indispensável para começar. E é coisa por que esperávamos, velhos legionários da Sudene, há muitos e muitos anos.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 08/09/94.

PROPOSTAS SEM DIÁLOGO

“Nas horas de crise, o difícil não é cumprir o seu dever, mas saber onde ele está”. A observação de Bonald, citada por Sobral Pinto e reproduzida por Carlos Drummond de Andrade, me ocorre a propósito de recentes notícias sobre sugestões feitas ao presidente eleito, para fusão das entidades regionais de desenvolvimento e supressão do art. 43 da nossa Lei Maior.

Sou otimista. Creio que já estamos na rota de saída da nossa “crise”, vista por qualquer dos seus ângulos: institucional, econômico, ou mesmo social. Mas talvez a pressa no percurso, a ânsia de sair do túnel, quando a luz do seu final parece próxima, explique a improvisação e o desconchavo das propostas.

Tenho dificuldade em compreender como alguém com a dimensão moral e intelectual do senador Beni Veras, curtido em longas lutas profissionais e políticas, pode ter encampado a primeira dessas teses. E reluto em acreditar que a inteligência irreverente de Gustavo Krause foi capaz de gerar, ou mesmo de subscrever a segunda. Ambas desnorteantes, de tão infelizes e bisonhas.

É certo que as instituições de desenvolvimento regional devem ter uma coordenação superior, que pode ser exercida pelo próprio presidente, ou pelo vice-presidente, ou por alguma secretaria de integração ou articulação diretamente ligada à presidência. Mas daí a pensar em fundir Sudene e Sudam, atribuindo, de quebra, ao monstro híbrido resultante os cuidados com o Centro-Oeste, vai uma distância cósmica.

As realidades do Nordeste e da Amazônia são de tal modo distintas, e até opostas, que só uma visão obscurecida por outras motivações pode deixar de percebê-las. Aqui, temos gente de mais e água de menos, exatamente o contrário do que ocorre lá. Os desafios de preservação ambiental e desenvolvimento sustentado dos nordestinos são radicalmente diversos dos enfrentados pelos amazônidas. As vocações econômicas não têm, praticamente, nenhum ponto de semelhança. Qual o fundamento lógico para a fusão das superintendências?

Além do mais, por que incluir no “bolo” o Centro-Oeste? Defendi e defendo a tese de que aquela região não é periférica, no sentido econômico da expressão, definidora dos espaços para onde o desenvolvimento não

se estenderá espontaneamente. A expansão da atividade econômica do Sudeste, já iniciando um novo ciclo, a beneficiará naturalmente, como área de irradiação que, na verdade, é. Recebendo migrantes das verdadeiras periferias nacionais, formando novas cidades, abrindo fronteiras agrícolas, o Centro-Oeste não precisa de estímulos para crescer.

Quanto à eliminação do artigo 43 da Constituição, a dificuldade começa em descobrir-lhe o sentido. O que se pretende? Se a ideia é extirpar da Carta o princípio do desenvolvimento equilibrado entre regiões do país, a medida não seria suficiente. Há outras 41 referências ao desenvolvimento regional no texto, entre diretrizes, normas auto-aplicáveis e dispositivos pendentes de regulamentação. Sabemos disso, na Sudene, porque contribuímos para incluí-las. E as temos minuciosamente classificadas.

Mas se o objetivo é melhorar o enfoque dado à questão regional pelos nossos constituintes, outro também deveria ser o caminho. Sem dúvida, o artigo 43 é imperfeito, a começar pelo título da seção onde se encontra, e terminando pelos incisos e parágrafos desnecessários e casuísticos que o enfeitam. Para corrigir tais imperfeições, duas alternativas se apresentam: regulamentá-lo, através da lei complementar que ele mesmo pede, ou emendá-lo. Para ambos os casos a Sudene tem propostas já elaboradas, que oferece humildemente à apreciação dos interessados.

“É surpreendente em que coisas tolas pode-se acreditar temporariamente se se pensa sozinho por tempo demasiado”. A afirmação é de John M. Keynes, no prefácio à sua obra histórica.

Vamos conversar, senhores.

Publicado no *Diário de Pernambuco* em 05/01/95.

UM AMERICANO TRANQUILO

O ciclo de conferências do professor Denis Goulet, da Universidade de Notre Dame, dos Estados Unidos, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco entre os dias 18, 19 e 20 do mês de julho findo, constituiu excelente oportunidade de enriquecimento espiritual para os que dele participaram. Não apenas em razão da relevância do tema, ou da abrangência de visão do conferencista. Nem só, tampouco, pela surpreendente técnica de comunicação por ele revelada, envolvendo cada um dos presentes com sua alocação e fazendo-me recordar a imagem do “abraçar completo dos líquidos”, de que fala o poeta João Cabral de Melo Neto. Também – para os que o conheceram no Recife, há trinta anos – pela ocasião de revê-lo, e sabê-lo ativo e, mais que nunca, aberto à compreensão dos problemas brasileiros, latino-americanos e “periféricos”.

O tema das conferências foi a multidisciplinaridade da teoria do desenvolvimento, e a necessária vinculação entre ética, ecologia e economia, hoje irrecusável a qualquer pensador mais exigente. Mas nada teria a acrescentar às brilhantes exposições do professor Goulet. Pretendo aqui, apenas, recordar algumas passagens da sua antiga temporada na capital pernambucana, de onde saiu levando uma esposa – brasileiríssima – e deixando muitos amigos, alguns até insuspeitados, como este que ora se apresenta.

Na segunda metade de 1963, eu trabalhava na Assessoria de Cooperação Internacional (ACI) da Sudene, e Denis Goulet era contratado da Usaid/Nordeste, a missão de cooperação externa dos Estados Unidos instalada em nossa região. Àquela altura, já havia ele estudado na Europa e em São Paulo, onde foi aluno de Fernando Henrique Cardoso, e preparava sua tese sobre “Ética do desenvolvimento”. Quanto a mim, recém-formado, vinha de uma vice-presidência na União Nacional dos Estudantes, com a cabeça cheia de sonhos socialistas e o firme propósito de defender o Nordeste das investidas do imperialismo americano.

Nossa principal responsabilidade, na ACI, era negociar os numerosos convênios de cooperação técnica e financeira no âmbito do chamado “Acordo do Nordeste”, nascido de entrevista mantida pelo dr. Celso Furtado com o presidente Kennedy, que nos havia dedicado um segmento especial da sua “Aliança para o Progresso”. A tarefa era penosa, pois os

gringos, contrariando a expectativa inicial do Dr. Celso, não se dispunham, simplesmente, a aportar recursos para os programas concebidos pela Sudene. Aqui vinham para planejar também, tentar impor suas prioridades, seus projetos, seus estilos, suas ênfases. Era comum seduzirem os órgãos estaduais com ofertas de viagens de estudos consideradas não essenciais por nós, gerando pressões terríveis sobre a instituição. Ou fazerem “reserva de espaço” para determinadas pesquisas de campo, bloqueando outras cooperações externas alternativas, com a alemã, a israelense e a francesa. Ou bem tentarem interferir na própria gestão dos projetos, como no caso do financiamento dos geradores de emergência para a cidade de Fortaleza, então ainda não alcançada pela energia de Paulo Afonso ou Boa Esperança: quando chegassem as linhas da Chesf, embora a Sudene já fosse dona dos geradores, eles é que decidiriam qual seria o novo uso do equipamento, ou qual a nova cidade a ser beneficiada.

Lembro-me bem dos americanos com quem tratávamos: Charles Nelson, Donald Finberg, John Javrotsky, James Houska. Com suas esposas, esforçavam-se em ser *gentis conosco*, ainda que convencionalmente, no bom padrão USA. As mulheres riam o riso das secretárias – uma caretinha artificial – e todos eram pródigos no aperto de mão – costume latino-americano incorporado – mesmo diante de um constrangido gripente, como me ocorreu certa vez. Do Jimmy Houska dizia Nailton Santos que a maior preocupação era descobrir como gastar os muitos dólares dos seus gordos vencimentos. E o fazia oferecendo-se para patrocinar rodadas de uísque para aqueles dentre nós que casualmente encontrava nos lugares da moda da noite recifense.

Denis Goulet tinha estilo diferente, mais europeu que norte-americano. Não era servidor diplomático do seu país, como os outros, apenas um consultor localmente contratado. E sofria limitações pelo fato de haver-se casado com uma “nativa”, o que contrariava as regras do serviço.

Informal e irreverente, não raro apelava para a velha “gozação” brasileira, nas negociações. Recordo particularmente a discussão de um convênio para custear certo curso de pós-graduação na Universidade Federal do Ceará. O professor cearense queria, obstinadamente, criar uma nova estrutura burocrática: o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste (Caen). Objetei que não fazia sentido, apenas complicaria o programa e a definição das responsabilidades entre os três convenentes: Sudene, Usaid e universidade. Além disso, já havia um centro internacional de treinamento de economistas em Fortaleza, mantido por organismo multilateral: o Cetrede, se não me engano. O professor, no entanto, insistia na sua proposta.

Para minha surpresa, o negociador da Usaid – Denis Goulet – aderiu à nossa tese, descartando o “centro” do professor. E no calor dos debates, lamentava irônico:

– Pobrezinho do Caen, estão metendo o pau...

Finalmente, vencido o professor, ainda achou um jeitinho de tripudiar, amistosamente. Previa-se uma conta bancária especial, para depósito dos recursos. E veio o arremate:

– Achei uma solução! O nome da conta! Que tal “conta Caen, hem professor?

Alegres tempos. Espero que o hoje renomado escritor Denis Goulet tome conhecimento destas reminiscências, à guisa de homenagem. E que elas lhe sejam amenas, como o são para mim.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 31/08/95.

O SR. CIRO GOMES, A SUDENE E O NORDESTE

Para os poucos, pouquíssimos, que ainda não sabem, o ex-ministro e ex-governador *Ciro Gomes* é hoje articulista do *Jornal do Brasil*, com presença semanal obrigatória. No segundo domingo de setembro – dia 10.09.95 – abordou, do seu refúgio em Cambridge, a momentosa questão do Nordeste brasileiro, apresentando as suas “soluções”.

Não foi feliz, é o mínimo que se poderia dizer. Nas pessoas funcionalmente comprometidas com o problema, duramente atingidas, gerou irritação. Naqueles que, embora envolvidos com o tema, mantêm-se afetivamente distanciados, deve ter provocado tédio. Para uma condução mais serena deste artigo de réplica, vistamos, em primeiro lugar, a camisa do segundo time.

O primeiro bocejo de enfado, prenunciador da sensação de “*déjà vu*” que perdura ao longo de todo o texto, vem logo no parágrafo inicial, com a surrada referência ao ideograma chinês representativo da palavra “*crise*”. A comparação, no caso, além de cediça, é inadequada. *Crise*, por definição, não pode ser crônica, e o que temos no Nordeste são dificuldades de natureza estrutural, permanente, segundo todas as análises.

A maçada prossegue com os números indicativos dos desníveis sociais entre a região e o resto do Brasil, que já a ninguém mais é preciso repetir, neste país. E aumenta quando o ex-governador, adentrando o mérito da causa, proclama: “o erro grave de atitude é insistir na imaginação de que a agricultura de subsistência – tradicional entre os nordestinos – poderia algum dia servir de base a um modelo sustentável de desenvolvimento”. A tese é velhíssima: está no Relatório do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), documento que serviu de base à criação da Sudene, editado em 1959, quando, pelos nossos cálculos, o jovem ex-ministro estava dando os seus primeiros e promissores vagidos. Aliás, pode-se dizer que está exatamente no estudo econômico mais antigo e conhecido sobre o desenvolvimento nordestino, uma vez que o não menos famoso Relatório do Padre Lebre, de 1954, é circunscrito setorialmente à indústria e espacialmente ao Grande Recife.

O fato, portanto, de que os problemas do Nordeste permaneçam desafiantes, após tantos anos, não deve ser atribuído a erro de enfoque técnico. A razão sempre tem sido a falta de vontade política do núcleo do

poder, e a descontinuidade administrativa. O plano regional de recursos hídricos, por exemplo, a que o ex-governador/ministro se refere em seguida, já existe. Fazer disponíveis os recursos para a sua gradual implantação é tarefa dos políticos, inclusive daqueles momentaneamente dedicados ao articulismo.

Mas prossigamos com o enfado. A recomendação de ênfase na capacitação de recursos humanos encontra-se em inúmeros documentos da Sudene. Assim também a exigência de investimentos em infraestrutura. E quanto às vocações econômicas nordestinas apontadas – mineração, turismo, fruticultura irrigada, agroindústria (não tradicional, ressalve-se), calçados, têxteis, “softwares” – são essas justamente as prioridades pelas quais a autarquia regional vem orientando a sua atividade de fomento. Onde, portanto, o “modelo novo de desenvolvimento”? Onde a “nova política de desenvolvimento regional”?

É, no entanto, no parágrafo final do seu trabalho que o nosso “ex” sai da monotonia das trilhas repisadas para agredir e injuriar, referindo-se à Sudene como “uma mera agência de financiamento precária e porcamente entregue a uma relação promíscua com frações do empresariado brasileiro e local”.

É tempo de vestirmos a camisa dos indignados para repelir a afronta. Fazer acusação tão grave, em qualquer tempo, sem provas, já seria temerário. Mas fazê-la atualmente é desinformação e leviandade. Dez governadores estaduais que têm assento no Conselho Deliberativo da autarquia estão aí para dar testemunho dos critérios objetivos, impessoais, que o general Nilton Moreira Rodrigues, à frente da superintendência, vem adotando para a administração dos incentivos a empreendimentos privados, critérios esses explicitamente ratificados pelos conselheiros em resoluções do colegiado. E quanto à “luta fratricida ao redor de microprojetos locais”, pouco pode a Sudene fazer para conter tais ímpetos. Um bom exemplo é dado pelo próprio “ex”: por que a referência apressada a “uma refinaria de petróleo na fronteira do Ceará com o Rio Grande do Norte”, quando os estudos técnicos parecem indicar o porto de Suape como a melhor localização?

Melhor seria, para terminarmos de forma respeitosa, como se deve a um ex-governador e ex-ministro, que o sr. Ciro Gomes reservasse o seu inegável talento, e a energia da sua juventude para causas mais nobres, sem a eiva do paroquialismo, do preconceito ou do rancor.

Publicado no *Jornal do Commercio*, em 21/09/1995.

INCENTIVOS REGIONAIS

Dá pena discordar publicamente dos amigos, sobretudo quando eles merecem, além da amizade, admiração e respeito. Mas é também dever que a amizade impõe fazer-lhes objeções honestas naquilo em que, a nosso juízo, pareçam equivocados.

O quase sempre brilhante Everardo Maciel, meu antigo companheiro no Governo de Pernambuco (1979-1982), está prestando, no papel de secretário da Receita Federal, uma inestimável contribuição ao país. Mas, em recente entrevista (*Folha de São Paulo*, 07.10.97), ao falar de incentivos fiscais, incorreu em algumas simplificações. É o viés dos cobradores de impostos, a limitar-lhe momentaneamente a visão.

O jornalista Luís Costa Pinto, ex-colega do meu filho, ao tratar do mesmo assunto (*FSP*, 05 e 06.10.97), não teve a atenção dedicada à famosa entrevista com Pedro Collor, que o notabilizou, e cometeu também alguns enganos. É a perdição dos repórteres, cujo trabalho não pode esperar por confirmações e revisões.

Afirmou Everardo que o incentivo fiscal gera para as empresas beneficiadas “uma dependência de tal ordem que, cessado o incentivo, muitas vezes cessa o empreendimento. Desfaz-se o investimento”. E Lula refere-se, simploriamente, ao caso da Elekeiroz, como “exemplo do que já aconteceu com duas centenas de empresas cujos prazos de isenções tributárias concedidas pelo Finor expiraram”.

E no entanto, Everardo sabe que o Finor, alimentado com deduções de 24% do imposto de renda de pessoas jurídicas, constitui um apoio ao investimento, e não um subsídio ao custo. Sendo assim, acaba quando o empreendimento se implanta e entra em operação. Acreditar que o projeto se desfaz nesse momento, quando o empresário, que aportou 60% de recursos próprios, em contrapartida aos 40% do Finor, apenas vai começar a ter de volta o seu dinheiro, é agredir a lógica e negar a racionalidade econômica.

Talvez, portanto, o nosso tributarista esteja a referir-se à isenção do imposto de renda, outro incentivo, que o repórter, pela desinformação, confunde com o Finor. Mas mesmo a cessação deste, ao cabo de dez anos, não explica o fim de um empreendimento.

Racionemos. Se o incentivo é aplicado ao imposto de renda, só poderá gozar dele quem tiver lucro, e enquanto o tiver, na vigência do benefício. Finda essa vigência, e continuando lucrativo o negócio, ninguém de bom senso o irá liquidar. Em qualquer tempo, no entanto, se der prejuízo, a atitude razoável será fechá-lo, com incentivo ou não. Isso em qualquer lugar do mundo.

Na verdade, cada fábrica que se extingue tem sua história particular. Azares do mercado, ciladas de política econômica, reviravoltas tecnológicas são desafios constantes, nem sempre vencidos. Além do que, nenhuma planta industrial é eterna. E isso nada tem a ver com incentivos findos.

Proclama ainda o ilustre secretário da Receita Federal que “o instrumento correto da redução das desigualdades regionais é o Orçamento Geral da União, e não os impostos”. Concordo que seja um instrumento. Mas de constância duvidosa, pelas condições políticas em que são votadas nossas leis de meios. Além disso, é insuficiente: estradas e portos podem servir apenas para escoar produtos primários, sem qualquer elaboração, aeroportos não trarão turistas sem bons hotéis para hospedá-los, e a mão-de-obra qualificada poderá migrar, à procura de melhores oportunidades fora da região. Como executivo de empresa industrial, conheci de perto esse problema, em meus contatos com o Senai, à procura de operários especializados.

O jovem jornalista, por sua vez, acerta ao registrar que mais da metade dos favores fiscais é apropriada pelo Sudeste, sob a forma de incentivos setoriais. É o caso das universidades, dos clubes de futebol, e tantos outros beneficiários de benesses disfarçadas. Mas por que, então, só pôr em causa os incentivos regionais, quando, na verdade, justamente estes são os de mérito e eficácia inquestionáveis?

Já tive oportunidade de desenvolver o tema, anos atrás, ao reagir a uma dessas ondas que ciclicamente se formam contra a política de desenvolvimento regional e seus instrumentos. Em artigo publicado neste *JC* (14.05.88) e na *Gazeta Mercantil* (18.05.88), demonstrei que, se eventuais deficiências ocorrem ao nível dos setores econômicos, os sinais do mercado acabarão por corrigi-las. A *mão invisível*, no entanto, não funciona no sentido da distribuição harmoniosa das atividades produtivas no espaço geográfico. Aí, todas as forças levam à concentração, e só a ação do Estado, através da indução e do estímulo aos agentes econômicos, pode contrapor-se a elas, em benefício das populações periféricas.

Quem tem razão é o doutor Celso Furtado, ao afirmar, na mesma reportagem, que isenções e benefícios são instrumento de planejamento

industrial de muitos países, “mas isso foi desvirtuado”. Sem nenhuma dúvida. É só lembrar a fase do Fiset (pesca, turismo e reflorestamento). É só observar, sem viseiras, o que se passa agora, quando os incentivos são absorvidos, em mais de 50%, pelo Sudeste, de maneira difusa e descontrolada, enquanto os menos de 15% que nos cabem são conhecidos de todos e administrados com rigor.

Como já vi o filme outras vezes, desconfio da pureza de intenções dos promotores dessa campanha. O que se quer, na realidade, é eliminar os incentivos regionais, mais evidentes, e conservar, subrepticamente, aqueles que são, de fato, dispensáveis. Só lamento que Everardo e Lula tenham contribuído, involuntariamente, para causa tão pouco nobre.

Publicado no *Jornal do Commercio*, do Recife, em 24/10/97, e no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 9 e 10/11/97.

BOA SORTE, GENERAL

O general Nilton Moreira Rodrigues demitiu-se da Sudene. Elegantemente, pretextou já haver cumprido a sua missão: restabeleceu a credibilidade da autarquia, deu-lhe nova estrutura administrativa, redirecionou-a para sua missão institucional, saneou o sistema de incentivos a investimentos, disciplinou, remotivou e renovou – ainda que em parte – o seu quadro de servidores. Mas, pelo entusiasmo que demonstrou, ao longo do tempo em que esteve conosco, e em sua fala de despedida aos funcionários da casa, equiparando seus quatro anos de Sudene aos quarenta de Exército, percebe-se claramente que teria continuado no posto.

Na realidade, aborreceram-no os cortes no orçamento da instituição, a eliminação progressiva dos incentivos regionais decretada ao final de 1997, a nebulosa posição da Sudene na estrutura administrativa federal (inclusive no tocante às ações emergenciais), as dificuldades para a autorização de novo concurso, indispensável à reposição do quadro. Irritaram-no a indiferença dos ministérios e as bisonhas iniciativas de planejamentos paralelos. Cansaram-no, enfim, crescentes pressões de parlamentares para revogação do sistema do Finor-debêntures, ou seu desvirtuamento. Aparentemente, o governo, às voltas com tantos problemas, vinha-se comportando como o pai da parábola evangélica, ao deixar de lado a Sudene, que ia bem, para dedicar-se aos “filhos pródigos”. Com seu gesto radical, implicando renúncia pessoal de incomum nobreza, o general produz o impacto que poderá resultar na concessão, ao seu sucessor, das condições ideais de trabalho que ele não chegou a ter, e que são essenciais para o futuro da autarquia e do programa regional de desenvolvimento.

General Nilton: é chegado o momento em que todos os que merecemos o privilégio de trabalhar ao seu lado desejamos também dizer-lhe algumas palavras de despedida. Anos honrosos e felizes para nós foram estes, pelas altas qualidades do administrador público que o governo Itamar Franco, em seu ocaso – e talvez por acaso – nos destinou. Qualidades muito raras em qualquer executivo, entre elas a grandeza de revisar posições, mesmo após publicamente assumidas, ao convencer-se de alternativas melhores, e a modéstia de apresentar as suas realizações sempre como conquistas coletivas, da sua equipe e da instituição que comandava. (Bem sabemos que outro é o padrão dominante: o do “culto à personalidade”, responsável por alguns dos mais sombrios capítulos da história humana).

É oportuno lembrar, a propósito, a bela afirmação de Barbosa Lima Sobrinho, feita em conferência no Condepe, em agosto de 1982, que o senhor certamente subscreveria: “Na verdade, o caminho do erro é o mesmo da empáfia, da arrogância, da auto-suficiência. Há que convidar a humildade e ir com ela para diante de mãos dadas, como companheiros de ofício”.

Mas há também outra referência, que, como subscritor deste texto, arrisco-me a fazer, embora possa causar-lhe embaraço. Pela sua atitude respeitosa, mas independente, em relação aos seus superiores, e ao mesmo tempo democrática, compreensiva e solidária para com os subordinados, cabe-lhe a imagem atribuída, segundo a tradição, ao cavaleiro medieval *El Cid*, herói nacional da Espanha: um homem capaz de humilhar um rei, e dar de beber a um leproso.

Não falarei das suas realizações, tão numerosas, até porque creio que as construções mais sólidas são as imateriais, as que se fazem no plano das mentes, das consciências e dos sentimentos. E o senhor nos resgatou o sonho de juventude, dos idos do dr. Celso Furtado, tanto tempo arquivado: a luta pela redenção do Nordeste. Não mais aqueles momentos de vazio na alma, comuns às tardes e às noites domingueiras. Tanto quanto desejávamos o fim de semana, para a família, o esporte ou a curtição da natureza, ansiávamos pela segunda-feira, tal o entusiasmo pela tarefa abraçada, e a convicção da sua relevância. (No meu caso pessoal, apesar das fortes tensões a que a minha função me expôs: ameaças de prisão judicial ao superintendente, embargo de obras estruturais no prédio da autarquia, risco de colocação de milhões de reais em mãos de empresas inidôneas). Tem toda a razão Schumacher, aquele surpreendente economista: “Nada do que é realmente importante é quantificável”.

Resta-nos, agora, o seu legado. E manifestamos a esperança, ou mais ainda, a confiança de que a trilha em que o senhor recolocou a Sudene tenha formado sulcos bem profundos, suficientes para desencorajar qualquer dos seus sucessores a arriscar os descaminhos do passado.

Boa sorte, general! Se o preferir, agora, pode até seguir a lição de Voltaire, pela boca do seu herói Candide, e “cultivar o seu jardim”. Não o esqueceremos. O Nordeste e o Brasil não o esquecerão.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 05/05/98.

SUDENE: A MISSÃO E OS MEIOS

Esse episódio da substituição do superintendente da Sudene me faz lembrar as lições de Peter Drucker, o tão louvado guru da ciência da administração. Louvado sim, mas talvez pouco lido, ou facilmente esquecido. Pois afirma Drucker, em seu clássico *O gerente eficaz*: “Qualquer função que tenha derrotado dois ou três homens sucessivamente, mesmo que cada um deles tenha executado bem suas funções anteriores, deve ser considerada como imprópria para seres humanos”. E mais adiante: “O gerente eficaz, portanto, tem de se assegurar de que a função está bem estruturada. Se a experiência mostrar-lhe o contrário, ele não sai atrás de gênios para fazer o impossível. Ele reestrutura a função”.

Uma bela exceção entre os esquecidos – pois mais ninguém, até agora, fez tal reflexão – é a professora Tânia Bacelar, da UFPE, que declarou aos jornais: “As mudanças revelam que o Governo Federal não tem uma proposta para a Sudene, e não consegue nem escolher seu dirigente. O governo dá uma missão ao superintendente, mas se ela não está clara, não pode julgar a competência dele. O problema não é das pessoas”.

Seria bom que o nosso presidente, no torvelinho que é o dia-a-dia de supremo chefe da nação, pensasse um pouco sobre essas questões, e sobre o que se pode esperar, nas atuais circunstâncias, de um dirigente da nossa autarquia regional. Sou admirador do dr. Fernando Henrique desde o tempo em que eu era líder estudantil e ele jovem professor universitário, brilhante e comunicativo, nosso convidado constante para debates e conferências. E assim continuo – que me perdoem os velhos companheiros mais intransigentes – pois, além de um passado político semelhante, temos trajetórias de pensamento compatíveis. Posso, portanto, empaticamente, compreender sua dificuldade em dedicar atenção ao problema nordestino, em meio aos gigantescos desafios da estabilidade econômica, da reforma do Estado, da globalização.

Para agravar as coisas, parece que a sociedade tem, em relação à Sudene, um nível de expectativa exagerado. Exige-se que a instituição resolva, num passe de mágica, problemas acumulados há décadas, sem consideração aos meios de que dispõe. Esperam-se milagres quando já não há taumaturgos, numa perspectiva messiânica, soteriológica, que não se justifica, no atual contexto.

É duro reconhecer: o deslumbramento dos anos sessenta já não pode ser reeditado. Naquele tempo, tudo era novidade: a percepção da dinâmica econômica, dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, dos efeitos das políticas monetária e tarifária regionalmente perversos, a adoção do planejamento como função governamental mais nobre. Quanto ao espaço geográfico de atuação, tudo estava por conhecer: solos, pluviometria, hidrogeologia, recursos minerais. E em tal ambiente, a Sudene era a *única* estrutura nacional de planejamento.

Hoje, tudo está conhecido e inventariado, os dados à disposição das instâncias decisórias. As estruturas de planejamento se multiplicaram. Por outro lado, como bem escreveu recentemente o próprio Celso Furtado, nenhuma ideia nova surgiu, nos últimos vinte anos, no campo da teoria do desenvolvimento. A questão agora pode ser equacionada em três palavras-chaves: decisão política, recursos, administração eficaz. Por isso, pouco adianta que o presidente recomende ao seu ministro “ser criativo”. Para repetir expressões que cunhei em textos mais antigos, nessa matéria já não há arcanos nem sortilégios.

Quem dá a missão, dá os meios, costumava repetir o general Nilton Rodrigues. E por achar que estes não lhe eram satisfatórios em certo momento, foi para casa. Que os meios venham a estar à altura da missão – ou vice-versa – é o que nos resta desejar.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 26/05/2000.

SUDENE, SEMPRE

Entrevistado na abertura da exposição “Celso Furtado: Vocação Brasil”, o ilustre homenageado declarou que toda a sua vida fora dedicada ao desenvolvimento do nosso país. E concluiu, mais ou menos com estas palavras: “Acho que consegui. Aí está a Sudene, ainda atuante: o único órgão público brasileiro que não foi corrompido em nenhum momento”.

Em reconhecimento pelo nobre registro, o atual superintendente da autarquia Wagner Bittencourt de Oliveira enviou-lhe a seguinte comunica o: “Agradeço, em meu nome pessoal e no da institui o que tenho a honra de dirigir, a generosa referência feita   Sudene por Vossa Senhoria, em suas recentes declara es   imprensa, por ocasião da abertura da exposi o ‘Celso Furtado: Voca o do Brasil’. Cumprimentando-o pela merecida homenagem, reafirmo o empenho de todos os que fazem esta autarquia em continuar lutando, incansavelmente, pelo desenvolvimento do Nordeste, em honra do compromisso assumido, há tantos anos, por Vossa Senhoria. E o faço com o respaldo dos novos valores humanos que a casa soube trazer a seu serviço, bem como dos seus contemporâneos, ainda aqui atuantes, que, a meu convite, subscrevem têm esta mensagem”. Além do superintendente, firmam o documento os veteranos servidores Clemente Rosas Ribeiro, Vanildo Alves de Moura, Jurandir Silva, Mário Jorge de Carvalho Lima, José Bezerra Filho, Odymar Ferreira da Silva, Júlio Alvez Bezerra e Martinho Leite de Almeida.

Como um dos subscritores da mensagem, desejo, de público, acrescentar-lhe algumas palavras. Pois o elogio em foco, especialmente honroso para nós, a quem o dr. Celso chamou, na dedicatória de um dos seus livros, de “Peregrinos da Ordem do Desenvolvimento”, não poderia ter chegado em melhor hora.

Vivemos hoje os atropelos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída para a investiga o do Fundo de Investimentos Regional, que só recentemente está podendo dedicar-se ao seu papel propositivo. Durante meses, teve que lidar com denúncias não comprovadas contra servidores, projetos mal-sucedidos de vinte anos atrás e irregularidades em empreendimentos incentivados que, na verdade, já vinham sendo apuradas e penalizadas pela autarquia, desde o momento em que pôde contar com os instrumentos legais indispensáveis para isso, tanto tempo reivindicados.

Por outro lado, aguarda-se com ansiedade uma anunciada reestruturação que, por nobres que sejam as suas motivações, parece ainda procurar o seu caminho no terreno pouco desbravado da reforma administrativa brasileira. E não por culpa dos executivos e técnicos a braços com a tarefa, mas pelas perplexidades envolvendo o próprio modelo inovador que se busca para a gestão pública do país, e pelas indefinições quanto ao papel do organismo regional e sua inserção naquele modelo.

Nesse contexto, é gratificante saber que o nosso antigo chefe, e mestre permanente, conserva da instituição que criou – e conseqüentemente, de nós – imagem tão positiva. E nos distingue com a afirmação de que (apesar de fases de debilidade, da perda de autonomia e até de alguns descaminhos) a organização – em seu papel, em seu engajamento, na fidelidade à sua missão – não se corrompeu.

Nós também, caro dr. Celso, não nos corrompemos nem esmorecemos, apesar de longos anos de desestímulos e restrições, hoje felizmente ultrapassados. E prova disso é continuarmos atuantes, quando o tempo oficial de aposentadoria já chegou para todos. Houve até quem fosse afastado pelo Governo Militar e depois reabilitado e reintegrado aos quadros da autarquia, como o autor destas linhas. E se mais ou melhor não fizemos, foi por condicionamentos e limitações situados fora do nosso campo de atividade.

Sua declaração nos deu alento para perseverarmos, enquanto não nos faltarem forças, e nos derem um espaço, mínimo que seja, de atuação. E nos reforçou a convicção de que o Nordeste já não pode ser concebido sem a sua obra. Pois a Sudene é hoje a expressão da própria consciência regional, que ela fez nascer e preservar.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 28/11/2000.

CRÔNICA DE UMA MORTE DESMENTIDA (1)

As mal compreendidas declarações do sr. ministro da Integração Nacional à imprensa sobre a suposta extinção da Sudene provocaram as mais diversas reações, algumas previsíveis, outras surpreendentes. Agora que vieram as devidas explicações, e já se sabe o que pretende fazer o Governo Federal – embora o como fazer permaneça em aberto – é tempo de comentar algumas das posições explicitadas, pelo respeito que merecem os seus postulantes.

Meu velho colega de mestrado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, Roberto Martins (“Bal masqué nordestino”, *DP*, 01.02.2001), considera anacrônico o entendimento do dr. Celso Furtado, recentemente expresso, sobre a instituição (*JC*, 25.01.2001), sem justificar por quê. E recorre à transcrição de trechos da peça de Joaquim Cardozo “O coronel de Macambira” para comparar a “questão regional”, ou “o projeto de desenvolvimento nordestino” a um baile de máscaras. Por sua vez, meu antigo companheiro de Sudene, o veterano José Aristophanes Pereira (“Enterraram a Sudene no Piauí”, *JC*, 02.02.2001), acha “deslocadas” as “manifestações” do nosso mestre comum e, referindo-se à “insípida” e pouco prestigiada reunião do Conselho Deliberativo da autarquia em Parnaíba, em dezembro último, proclama a sua morte, e assume-se como oficiante das suas exéquias. De passagem, reputa “ingênuo” e “ultrapassado” o conceito de um Nordeste politicamente homogêneo, com interesses comuns, e entende ilusória a pretensão entre as propostas de *integração nacional e desenvolvimento regional*.

Só para esclarecer, recordemos. O que afirmou dr. Celso, por correio eletrônico, de Paris, sucinta e objetivamente, foi que a Sudene tem uma *dimensão política* que não deve ser desconsiderada e, em tal condição, é instrumento valioso para a interlocução conjunta dos governadores estaduais com o Governo Federal na defesa de interesses comuns.

Conheço o bumba-meu-boi do poeta-engenheiro Joaquim Cardoso, que foi editado no início dos anos sessenta, tempo em que a Sudene estava apenas começando. Havia então alguma desconfiança das intenções de Juscelino Kubitschek em relação ao Nordeste. Não só porque o seu governo progressista tinha áreas de sombra – corrupção, favorecimento, aventureirismo – mas também pela forte fratura ideológica da sociedade

brasileira naquele momento. Embora as lideranças populares mais conseqüentes apoiassem o “projeto nordestino” – e demonstraram isso na grande manifestação de massas contra o senador paraibano Argemiro de Figueiredo, que tentou torpedeá-lo – alguns segmentos sectários viam Celso Furtado como o arauto de uma falsa solução “burguesa”, em contraposição à solução “revolucionária” que apregoavam. Naquele contexto, havia espaço para uma boa sátira, em que os pretensos agentes do desenvolvimento eram apresentados como farsantes, e o próprio idealizador da Sudene era caricaturado.

O tempo demonstrou que a proposta não era mistificadora, tanto que os governos militares cuidaram, em boa medida, de mutilá-la. E que, mesmo com restrições e mutilações, a experiência vingou, tanto que é mundialmente reconhecida e louvada, como ficou demonstrado no seminário internacional promovido o ano passado, com especialistas de todos os continentes, em homenagem aos 40 anos da casa e aos 80 do seu criador.

Quanto a este, aureolado pela cassação e pelo exílio, mundialmente aclamado, repatriado, a seu tempo, para prestar colaboração à Nova República, independente e coerente até hoje, está também provado que não merecia a crítica. Não reconhecer isso, como não reconhecer, pelos inúmeros indicadores econômicos e sociais tão repisados que, embora ainda insatisfatório, não foi vão o esforço dos que acreditaram na sua “fantasia organizada”, é atitude semelhante à do personagem de Camus: se a realidade desmente as nossas crenças, furamos os olhos para não ver a realidade. Reduzir o que foi feito, ao longo dessas quatro décadas, e o que se tenta ainda, teimosamente, fazer, a uma pantomima, é coisa para o maniqueísmo dos muito jovens, ou para o ceticismo dos velhos precoces. Não para um sociólogo em plena maturidade, a quem se impõe revisar a sua posição, ou bem esclarecê-la (continua).

Publicado no *Jornal do Commercio* em 08/02/01.

CRÔNICA DE UMA MORTE DESMENTIDA (2)

Sobre a importância política da instituição, podemos poupar o latim. A sua morte anunciada provocou indignada reação nas casas do nosso Congresso, alcançando todo o espectro político-ideológico, do PFL ao PCdoB, sem exclusão, nem mesmo, dos combativos deputados petistas da CPI do Finor. Ora, não se luta tão ardorosamente por algo que não vale a pena. E em matéria do seu próprio ofício, é para os políticos, não para os escribas, que vão as minhas reverências.

É fato que não houve reação dos governadores, exceto pela fala sensata do paraibano José Maranhão. E não resisto a uma comparação com o tempo em que assisti, no Conselho Deliberativo da autarquia regional, a debates acirrados, entre José Sarney e Helvídio Nunes, na defesa de projetos industriais concorrentes, postulantes do incentivo governamental. E quando, em pleno regime militar, o governador João Agripino reagiu altivamente a uma censura mais áspera do general Tácito, então superintendente, exigindo o respeito àquele conselho *civil* e aconselhando-o a esquecer os tempos de caserna.

Mudaria a Sudene ou mudaram os governadores? Houve, sem dúvida, uma *capitis diminutio* da instituição, que se vem lutando para reverter, desde a redemocratização, com vitórias parciais, e recaídas. Mas temo e deploro que a mudança maior tenha sido daquele grupo seletivo de conselheiros, engolfados agora pelo imediatismo isolacionista, com perda da perspectiva regional. Afinal, onde encontrar melhor foro para protestar contra o esvaziamento do órgão, reivindicar, sem paroquialismo, o tratamento constitucionalmente assegurado à região, formular propostas e programas?

Há quem diga que o afastamento dos governadores, vindo a destaque em Parnaíba, começou com o desconforto provocado pelos cancelamentos de projetos incentivados, promovidos pelo general Nilton Rodrigues, por irregularidades, inadimplências, ou simples incapacidade financeira ou gerencial dos beneficiários. Se verdadeira, a desprimorosa interpretação se contrapõe ao argumento frequente de que o exame de projetos é ocupação pouco nobre para Suas Excelências. Mas prefiro acreditar que se trata apenas – datíssima vênica – de uma estratégia equivocada. Não se combate um hipotético vazio omitindo-se ou contribuindo para ele. Louvem-se, aqui, as

advertências nesse sentido do meu bravo conterrâneo José Maranhão, do seu colega Garibaldi Alves e do próprio Mão Santa, o anfitrião frustrado.

Por fim, peço licença para manifestar meu entendimento sobre as questões que inspiraram o dr. Aristophanes na composição da sua enterrecida nênia. *Nunca houve*, entre os planejadores do desenvolvimento regional, a ilusão de um “Nordeste homogêneo”, nem *nunca* o objetivo do desenvolvimento nordestino foi conflitante com a integração nacional. Na verdade, o Nordeste da Sudene, incluindo o Maranhão, a Bahia e até um pedaço de Minas Gerais, foi fruto de um *projeto de desenvolvimento*, habilmente concebido pelo dr. Celso Furtado, e por ele *viabilizado politicamente* no Congresso Nacional. A partir daí é que se formou uma espécie de *consciência regional*, como instrumento de coalizão de estados pobres e desvalidos. Por outro lado, aí está o exemplo europeu, de Portugal e Espanha, para comprovar que o caminho para a valorização econômica é a integração, e nunca o isolamento.

Já não tenho espaço para desenvolver esses temas, mas concito meus ilustres interlocutores a que o façam. E que troquemos ideias e juntemos forças para a defesa e o aperfeiçoamento de uma instituição cujo valor, estranhamente, é mais reconhecido fora do Brasil do que entre os brasileiros. Deixemos de lado, igualmente, o deboche e a comisseração. Há ofício mais nobre para nós, nessa matéria, do que provocar o riso ou induzir ao choro.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 09/02/01.

A VERDADE E SEUS CONTRÁRIOS

Que é a verdade? Em sua dimensão mais profunda, o conceito intimidada. Nem do próprio Cristo, questionado a respeito por Pilatos, temos uma resposta, como se pode conferir no Evangelho de São João.

De forma menos pretensiosa, no entanto, e no marco da pura lógica formal, podemos defini-la. Recordo o manual de filosofia do meu curso secundário (sim senhores, sou desse tempo!): a verdade é simplesmente a conformidade do conhecimento com a coisa conhecida. Seu contrário é o erro, ou o equívoco, para usar uma expressão mais delicada.

E onde situar a mentira? Esta é a opção intencionalmente pelo erro, a recusa consciente e deliberada da verdade. Algo de muito mais grave e condenável.

Estas reflexões vêm a propósito das copiosas declarações do deputado José Pimentel aos jornais e à televisão sobre as “conclusões” da CPI do Finor. “Rombo” de R\$ 2,2 bilhões, omissão da Sudene, liberações acima dos valores autorizados para os projetos beneficiários de incentivos são algumas delas. Seu impacto tem feito esquecer que o deputado não é o relator da CPI, embora tenha sido ungido como tal por alguns periódicos, como também que o relatório ainda não foi fechado, sendo de esperar que se venha a colocar as coisas nos seus devidos termos.

Refutar um membro do parlamento, e ainda por cima integrante da CPI, é luta desigual para simples servidores do Executivo. Ele tem imunidades, pode agredir e difamar sem susto. No curso de uma audiência, pode até mandar prender, alegando desrespeito à sua autoridade. E quanto a nós? Podemos apenas prestar esclarecimentos, remeter informações para serem majestaticamente desconsideradas.

Foi o que fizemos, penosamente, os servidores da Sudene encarregados de atender às exigências da CPI. E o que conseguimos? Cifras de projetos *excluídos* do sistema Finor consideradas integralmente como desvios. Valores *presentes* tomados como *históricos*, para justificar uma “correção” que permitisse colocar-nos à frente da Sudam, no páreo da corrupção. Invertido, a capricho, o critério, valores *correntes* (em conjuntura inflacionária) tomados como *constantes*, para dar azo à balela das liberações de recursos acima dos montantes previstos. É, acima de

tudo, o solene desconhecimento do trabalho de depuração e aperfeiçoamento do programa, iniciado pelo general Nilton Rodrigues, há sete anos, e em curso até hoje.

Resta-nos agora, somente, almejar que parlamentares mais conscientes expurguem do relatório as aberrações que constam da sua primeira versão, com base nos dados que já fornecemos, e lá jazem esquecidos. Das recomendações que restarem, muito pouco irá além do que já estamos fazendo.

É certo que o estrago está feito, e é irremediável. Os R\$ 2,2 bilhões de desvios apregoados aos quatro ventos certamente contribuíram para a decisão que vem de ser tomada pela presidência. Mas é importante que, como no título do livro de Leonard Tushnet sobre o levante dos judeus no gueto de Varsóvia, possamos “morrer com honra”.

Sinceramente, lamento que o deputado José Pimentel tenha jogado nos ombros do seu partido tão pesada responsabilidade. Tenho grandes amigos no PT. Entre eles, o ex-governador Cristovam Buarque, meu colega de mestrado de Economia, e o secretário de Relações Internacionais, Marco Aurélio Garcia, companheiro de diretoria da UNE. Sem falar em conhecidos mais recentes, como Humberto Costa, Fernando Ferro e Paulo Rubem Santiago, que fez um belo discurso na recente reunião da Assembleia Legislativa, em defesa da Sudene. Duvido que eles avalizem a atitude do seu correligionário.

Sobre o tema versado no exórdio, nada tenho a acrescentar, nada devo concluir. As ilações cabem aos leitores.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 08/05/01.

A GUERRA ACABOU

La guerre est finie – este é o título do filme de Alain Resnais, com roteiro de Jorge Senprún, sobre o trabalho clandestino dos militantes de esquerda na Espanha franquista, findas a Guerra Civil e a Segunda Guerra Mundial. O relato de uma luta obstinada, sem resultado aparente, sem perspectiva próxima, expressão apenas do inconformismo de derrotados que recusavam admitir-se como tais.

Lembro a obra de Senprún – ou Frederico Sánchez, seu nome partidário – ao requerer minha aposentadoria do serviço público, com a extinção da Sudene. Aqui cumpre-nos lidar também com uma derrota, ao fim de uma longa e desgastante batalha. E preparar-nos, sem ilusões, para o período de sombra que temos pela frente. Pois para a minha geração, a Sudene foi sempre, desde o início, uma fonte de luz, um farol norteador que ora se apaga.

Posso afirmar que minha vida, desde os tempos de universidade, girou em torno desse organismo regional. Meu ingresso no movimento estudantil se deu em 1961, no Seminário de Estudos do Nordeste, promovido pela UNE no Recife, ouvindo conferências de técnicos da Sudene, como Mário Magalhães e Jáder de Andrade. Ali conheci Nailton Santos, que seria o meu recrutador para os quadros da organização, dois anos depois. Afastado pelo movimento militar de 1964, trabalhei a princípio na Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste, uma agência privada, concebida para divulgar os incentivos fiscais, atrair investimentos e promover a atividade industrial na região. Depois como consultor, elaborando projetos, e em seguida como executivo de uma das empresas implantadas com o apoio da autarquia.

De volta ao serviço público, em 1979, atuei em funções de planejamento nos governos de Marco Maciel, José Ramos e Roberto Magalhães, tendo como um dos principais encargos o assessoramento desses governadores junto ao Conselho Deliberativo da Sudene, até o meu reingresso nos seus quadros, com a Anistia, em 1986. Depois disso, ainda estive, com missão semelhante, à disposição do Estado de Pernambuco, entre 1988 e 1991, servindo às administrações de Miguel Arraes e do seu sucessor, quando sofri a minha segunda cassação: a disponibilidade arbitrária determinada pelo presidente Fernando Collor, e logo desfeita, com a reação enérgica do governador Carlos Wilson.

Nos últimos oito anos, por convite inicial do meu conterrâneo Cásio Cunha Lima, exerci as funções de procurador-geral da autarquia, tendo como tarefa mais importante a defesa, na trincheira judicial, do processo de moralização do sistema de incentivos fiscais conduzido pelo general Nilton Moreira Rodrigues.

Ao longo de todo esse caminho, acompanhei, com olhar a um só tempo comovido e crítico, os êxitos e os percalços da instituição que balizou a minha vida. Em cerca de vinte artigos (que pretendo reunir em livro), tenho sistematizado as minhas reflexões, como agora faço, em despedida.

Foi uma longa guerra de desgaste, onde o idealismo dos que resistiram foi confrontado com forças poderosas, resultando, aos poucos, na mutilação do belo projeto original. O centralismo autoritário e esquemático dos governos militares, a esbórnica da Nova República, a visão mesquinamente partidária, o rateio de cargos, o assistencialismo, a pressão pelo favorecimento imerecido. Tudo sempre imposto de cima, com a resistência desesperada do corpo técnico da casa. Chega a surpreender que, afinal, se tenha realizado tanto pelo Nordeste, diante de tão opressivos condicionamentos.

Nos últimos anos, a investida final: o imediatismo de empresários ávidos pela anistia de débitos, a visão rasteira de um ministro desintegrador, as artimanhas de um senador interessado em afastar de si o foco do escândalo, o rancor e o vedetismo de um deputado sem escrúpulos, o preconceito antinordestino da mídia sulista, a tibieza dos governadores da região, a precipitação de um presidente ansioso por recuperar, a qualquer preço, a imagem desgastada do seu governo. E o desfecho inesperado e traiçoeiro.

Como os samurais, que não aceitavam sobreviver à dissolução da sua Casa Nobre, não posso ficar, quando já não tenho a quem servir. Pois não acredito na alternativa bisonha que nos é oferecida. Nem na sua concepção, nem nas condições políticas e materiais para o seu impulsionamento, nem na sobriedade de sua gestão. Aqueles de boa-fé que nela se lançarem, logo estarão desencantados.

Não quero, porém, deixar para os velhos guerreiros, de dentro e de fora da casa, uma impressão de desestímulo. Dolores Ibárruri, “La Pasionaria”, esperou quase quarenta anos para poder pisar de novo o solo livre da Espanha, e nele encontrar o seu repouso. Por certo não aguardaremos tanto para retomar a nossa “fantasia organizada”. Como os militantes espanhóis, cumpre-nos perseverar.

Mas, por ora, forçoso é encarar a realidade. A guerra acabou.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 06/06/01.

NAS MÃOS DO CONGRESSO

Quase seis meses são passados desde a alvoroçada extinção da Sudene. E o modernoso ente que devia substituí-la ainda não se materializou, permanecendo como um ectoplasma, à espera de que algum espírito benfazejo o incorpore. Em todo esse tempo, no que concerne à administração do desenvolvimento regional, nada aconteceu: os projetos em implantação regular não receberam mais recursos (embora com direito a isso), os pleitos dos chamados incentivos complementares permanecem nas gavetas, as investigações em curso para apuração de irregularidades, com a drástica redução do efetivo pelo processo de redistribuição de servidores, estão emperradas. Apenas ações assistenciais e de defesa civil têm sido bisonhamente conduzidas.

No entanto, em plano mais abrangente, muita coisa tem acontecido. Na Sudam, mais de duzentos servidores respondem a inquéritos administrativos, empresários foram presos, um senador da República renunciou e anda acossado pelo Ministério Público, um interventor da AGU foi nomeado e tenta pôr ordem na bagunça. Nesse afã, já solicitou à Sudene equipes de fiscalização de projetos, para lhe dar uma mãozinha (no que foi atendido), e esteve em visita ao que resta da nossa autarquia, para troca de experiências.

Ao mesmo tempo, nesse campo de escândalo, tão ao gosto da mídia sulista e de alguns parlamentares ávidos de notoriedade, o que ocorreu em relação à Sudene? Nada. A única servidora demitida, ainda antes da extinção, por suposta tentativa de auferição de vantagem ilícita, no setor de cartas-consulta, foi reintegrada por determinação da Justiça. O interventor da Sudam veio aqui aprender como se trabalhava. E se a Sudene, após longa ausência, está voltando recentemente às páginas dos jornais, é por conta das investigações determinadas pela Corregedoria-geral da União em um empreendimento fracassado e em alguns convênios assistenciais suspeitos de eleitoralismo, ambos tendo a ver, diretamente, com o então ministro da Integração Nacional, coveiro da instituição. No primeiro caso, esclareça-se, providências já haviam sido tomadas, ainda pelo general Nilton Rodrigues, e no segundo, os pareceres do órgão jurídico da autarquia foram dispensados ou desconsiderados.

Observemos, por outro lado, o que tem dito o presidente da República, agora que o destino do Nordeste está nas mãos do Congresso, com

o projeto de conversão da medida provisória ignominiosa. Na posse do ministro Ramez Tebet, afirmou: “Não estamos querendo acabar com a Sudam, nem com a Sudene. Ao contrário, queremos *transformar* (grifo nosso) essas agências em agências mais contemporâneas, mais afins com o espírito da administração em geral... Eu até preferiria chamar de ‘Nova Sudene’. E o Congresso pode dar esse nome, se assim o desejar”.

Nessa perspectiva, a Federação das Indústrias do Estado do Ceará apresentou ao deputado relator do projeto de conversão da MP uma proposta consistente, que substitui a esdrúxula fórmula “extinção de uma autarquia – criação de outra” pela de “transformação”, conferindo à nova estrutura concebida para a mesma entidade todas as virtudes idealizadas para a “nova agência”: flexibilidade, autonomia, estabilidade etc. A proposta da Fiec, além do mais, define com precisão a política de desenvolvimento regional e os seus instrumentos. Por tudo isso, está sendo apoiada, com leves ressalvas, por várias organizações, tais como o Crea, a Assemp, o Confecon, o Sindsep e a ASS. Entretanto, para a nossa surpresa, embora conte com as simpatias do deputado relator, está sendo objetada pelo “lobby” ministerial num de seus pontos essenciais: a fórmula de “transformação”. O pretexto? Estimularia o “corporativismo” dos servidores, a “resistência às mudanças”.

O argumento é velhaco. O quadro funcional, ainda que enxugado de forma arbitrária, já está no formato projetado para a nova estrutura. E se existe “resistência corporativa” esta é a resistência pela legalidade, que a equipe técnica da Sudene sempre teve, ao longo de sua história, contra a falta de critério, os favorecimentos pessoais, os interesses eleitoreiros. Nem sempre com sucesso, cabe aqui reconhecer e lamentar.

Mas, a menos que o nosso presidente seja um farsante – e não o é – ou pretendam reduzi-lo à condição de oráculo, cujas palavras devem ser interpretadas por algum grão-sacerdote, ao sabor de suas conveniências, não há como extrair de suas declarações públicas respaldo para essa obstinação em destruir a criação de Celso Furtado. Caberia a questão: quais as verdadeiras motivações para essa sombria manobra de “apagão” institucional?

Grande responsabilidade pesará sobre os parlamentares nordestinos quanto ao futuro da nossa região, se mutilarem a bela proposta da Fiec, em razão de interesses inconfessados. *Parturient montes, nascetur ridiculus mus*. Como no verso de Horácio, a montanha, ou melhor, o Planalto está para parir. Mas sem a intervenção do Congresso, o parto laborioso trará à luz apenas um bebê sífilítico, com as debilidades congênitas do

paroquialismo e do nepotismo. Ainda mais ridículo do que um rato: uma Adene. Que não mudará de natureza se simplesmente lhe prenderem uma pulseirinha com outro nome.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 26/10/01.

JOSÉ SERRA E O NORDESTE

Tem-se generalizado, nos meios empresariais, políticos e intelectuais do Nordeste, a atitude de atribuir ao ex-ministro e candidato do PSDB à presidência da República a pecha de inimigo da região. Sua alegada insensibilidade para com os nossos problemas, sua aparente indiferença às questões do desenvolvimento regional, seu suposto descaso pelos nordestinos têm sido objeto de chistes e invectivas. Até onde, no entanto, são válidas as premissas do agravo? Até que ponto temos razão, quando o acusamos?

Examinemos o perfil do acusado, é um bom começo. José Serra foi presidente da União Nacional dos Estudantes, a UNE, na última gestão legal da entidade, interrompida pelo movimento de 1964. Pertencia à Ação Popular, grupamento político de origem católica que teve o sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho, como um dos fundadores. Forçado ao exílio, foi estudar no Chile, formando-se na escola cepalina de pensamento econômico. De volta ao Brasil, com a anistia, engajou-se na campanha pela redemocratização do país, a princípio no PMDB, depois no PSDB, acompanhando a dissidência de intelectuais que rejeitaram, em dado momento, os rumos tomados pela velha e heterogênea frente de oposições. Elegeu-se sempre com votos do eleitorado urbano consciente de São Paulo. Sem dúvida, um perfil pouco compatível com o preconceito, o interesse mesquinho, a conveniência facciosa ou pessoal.

Por isso, prefiro acreditar que o distanciamento e a descrença do ex-ministro em relação aos projetos do Nordeste deveram-se à imagem deformada que lhe chegava da nossa região. É possível que o líder estudantil do passado se tenha defrontado mais frequentemente, em seu dia-a-dia, com a nossa face arcaica: o político clientelista, o empresário cartorial, o burocrata corporativo e incompetente, o intelectual visionário. E que não tenha aqui conhecido interlocutores mais saudáveis e articulados, sem outros compromissos senão o de servir à sua coletividade e à sua terra. A nós cabe a tarefa de mostrar-lhe que esses interlocutores existem.

Tenho a honra de registrar, no meu passado, experiência de vida comum à do candidato do PSDB. Fui vice-presidente da UNE na gestão Aldo Arantes (hoje deputado federal por Goiás), afastando-me apenas um ano antes do início do mandato dele. Conheci bem o sucessor do Aldo, o mineiro Vinícius Caldeira Brant. Ao Serra não cheguei a conhecer,

embora seja possível que nos tenhamos ombreado nos amplos e frios salões do Hotel Quitandinha, na alegre balbúrdia do 25º Congresso, em 1962, quando cumpri o meu tempo. Mas tenho a convicção de que os que viveram sincera e plenamente aquela experiência, pagaram o preço do exílio, externo ou interno, sofreram a dor do desmonte de velhas idealizações e, ainda assim, permanecem politicamente engajados, são pessoas de pensamento independente, autênticas, éticas, solidárias. Pessoas em quem se pode confiar.

É improvável que venha a ter a oportunidade de um contato pessoal com o candidato José Serra. Mas mando-lhe, desde já, um modesto recado. Considero o governo a que serviu um dos três mais importantes da nossa história republicana. Os outros foram o de Getúlio Vargas, que lançou as bases do nosso desenvolvimento autônomo, e o de Juscelino, que impulsionou a industrialização do país. Coube a este conduzir-nos pelo difícil caminho da modernização do Estado brasileiro e da globalização, e se foi bem sucedido, a História o dirá.

Não obstante, lembraria que os dois primeiros tiveram, em dado momento, a sua tomada de consciência das questões regionais, e gestos consequentes de apoio do Nordeste: Getúlio criou a Chesf em 1945 e o BNB em 1952, Juscelino criou a Sudene em 1959. Quanto a Fernando Henrique, num raro momento de obtusidade, extinguiu a Sudene. E neste caso, o julgamento da História pode ser antecipado: o Nordeste não o perdoará.

Em seu consistente artigo “A hora e a vez de uma nova Operação Nordeste” (*DP*, 17.02.2002), José Serra afirma que “não teria sido necessário extinguir a Sudene”, que a extinção se deu “no bojo dos escândalos da Sudam”, resultando “diretamente do ambiente criado junto à opinião pública”. Faça-lhe o cumprimento de admitir que está sendo sincero, e não apenas tentando melhorar a sua posição como candidato. Cabe-lhe, portanto, dar consequência imediata à sua atitude. A medida provisória de extinção encontra-se sob exame no Congresso. Esperamos o seu apoio explícito à proposta do deputado relator, Pinheiro Landim, que converte a *extinção* numa *transformação*, exatamente na linha da “revisão e atualização das ideias e instituições”, preconizada em seu trabalho.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 05/03/02.

O GRANDE BLEFE

Merece registro em nosso calendário uma data vergonhosa. Completa-se agora, neste 2 de maio, um ano da edição da medida provisória que extinguiu a Sudene, “criando”, para substituí-la, uma nova entidade, supostamente mais moderna, mais ágil, mais forte. E, no entanto, a nova entidade não se materializou, existe apenas no papel, e o fundo de desenvolvimento que ela deveria gerir não foi regulamentado.

Outras datas correlacionadas, também por cumprir-se, são igualmente acabruadoras. Em agosto próximo teremos o segundo aniversário da MP que, ao permitir a conversão em ações da parcela de debêntures inconversíveis do Finor, mudou as regras do sistema de incentivos, condicionando a concessão dos chamados incentivos complementares (reduções e reinvestimento do Imposto de Renda) à definição, por decreto presidencial, de setores prioritários, mercedores de tal apoio. Pois bem: só agora (29.04.2002) o decreto foi editado, e conseqüentemente, embora existam cerca de trezentas habilitações de empresas à espera de deferimento, nenhum incentivo foi ainda concedido. No dia 14 de maio deverá esgotar-se também o prazo de 90 dias, dado pelo Decreto n. 4.126/02, para que a nova agência, a Adene, publique o seu regimento interno, aprovado pela diretoria, e comece a operar. E até agora não há regimento interno, nem diretoria.

Não se pense, porém, que havendo alguma coisa de fato implantada, a situação seria muito diferente. Como foi definida pela MP e estruturada pelo decreto já citado, a Adene, quando em operação, não terá poderes para conceder os incentivos complementares, nem gerir o Finor que, pelos direitos adquiridos de opção reconhecidos a investidores em projetos já aprovados, deverá subsistir por alguns anos. E mais: não terá autonomia para aprovar ou fiscalizar empreendimentos postulantes do FDNE, o novo fundo de desenvolvimento. Fechando o quadro, não terá conselho deliberativo em sua estrutura, e não deverá formular, nem mesmo propor, políticas de desenvolvimento regional, mas apenas implementá-las. Eis aí, sem disfarce, o esqualido perfil do novo órgão, “moderno”, “forte”, oferecido aos nordestinos pela administração federal.

O tempo, senhor da razão, está revelando a dimensão do blefe em que foram envolvidas as autoridades públicas e a sociedade civil do Nordeste. O que se queria, na verdade, era liquidar com o sistema de incentivos

fiscais e com a instância regional de planejamento, além de, incidentalmente, diluir a atenção sobre os escândalos da Amazônia, por tanto tempo sabidos e tolerados, mas só então ameaçando comprometer altas figuras políticas do país. Pode-se agora vislumbrar que, embora enfaticamente proclamado, nunca houve o propósito sério de aperfeiçoar, ou de mudar para melhor as coisas por aqui.

Que têm a dizer, agora, os nossos líderes empresariais que, no afã de arrancar a anistia de débitos do Finor, convertendo passivo exigível em não exigível, aplaudiram com entusiasmo uma MP deliberadamente confusa, tortuosa, que travou, como demonstramos, todo o sistema de incentivos até hoje? E que, pelo descrédito acarretado a esse sistema, preparou o caminho para a sua extinção, junto com a própria Sudene?

Que têm a dizer, por sua vez, os nossos políticos? O governador de Pernambuco, que não quer assumir a liderança que lhe foi oferecida pelos seus colegas nordestinos, nos momentos finais da resistência ao golpe, preferindo embarcar no blefe? O vice-presidente da República, que não soube, desta vez, pôr em prática a sua decantada habilidade de conciliar e trabalhar nos bastidores, deixando ser levada a termo a violência contra a sua região? O comando do Partido dos Trabalhadores, que não se preocupou em conter as levandades do seu deputado numa CPI apenas espetaculosa, ao brandir números fantasiosos de desvios de recursos e criar condições propícias à consumação da manobra?

Todos devem explicações à comunidade nordestina. Mas como podemos prever que elas não serão simples, sugerimos que façam, ao menos, alguma coisa para reparar o mal causado: que atuem junto ao Congresso, onde a medida provisória terá de ser convertida em lei, e pode ser remendada, modificada, substituída, ou até mesmo rejeitada. O deputado-relator já tem sugestões sobre o que fazer, e propostas concretas e articuladas para isso. Apesar de alguns estragos irremediáveis, muita coisa pode ser recuperada, desde que o relator e seus colegas se compenetrem de que a atividade parlamentar não se esgota em arreganhos para obter benesses do Executivo.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 02/05/02.

SITUAÇÃO CONSTRANGEDORA

Por mais respeito que se tenha – ainda – à pessoa do sr. presidente da República, neste melancólico final de governo, não se pode deixar de constatar que, a cada nova iniciativa sua no capítulo do desenvolvimento regional, agrava-se a sucessão de equívocos iniciada com a malconcebida extinção da Sudene. E isso vem ocorrendo mesmo após o seu embaraçado “mea culpa” – pois de outra forma não podemos entender as declarações de que nunca teve a intenção de extinguir a autarquia, e sim de transformá-la e aperfeiçoá-la, bem como o apelo ao Congresso Nacional para, no processo de conversão da infeliz medida provisória em lei, “remendar” a situação a seu superior critério (discurso na posse do ministro Ramez Tebet, em 20.06.2001). Dessa forma, com o comportamento bisonho que vem demonstrando – descartada, pelo remanescente respeito já referido, a hipótese de um refinado maquiavelismo – sua excelência compromete uma plausível postulação ao lugar de estadista no tribunal da História.

Vamos aos fatos. Em 2 de maio de 2001, contrariamente ao que tem afirmado o vice-presidente Marco Maciel, a Sudene foi extinta, como consta, de forma explícita, no art. 41 da MP n. 2.145 (hoje, art. 21 da MP n. 2156-5). Para substituí-la, foi “criada”, inconstitucionalmente, a Adene, de atribuições extremamente limitadas. O novo ente só veio a ser estruturado nove meses depois, pelo Decreto n. 4.126/02. Por sua vez, o fundo de desenvolvimento criado em substituição ao Finor demorou mais três meses para ser regulamentado, o que ocorreu através do Decreto n. 4.253/02. Finalmente poderíamos comentar: antes tarde, muito tarde, do que nunca.

Mas nem isso. O novo fundo, da forma como foi regulamentado, dificilmente funcionará. Seu acolhimento pelo empresariado foi indiferente, para não dizer hostil: não nos serve, não nos interessa, são as expressões correntes. E o próprio governador de Pernambuco, que apoiou a operação presidencial, em seu início, reconhece agora que “a agência, como está, não corresponde ao compromisso assumido pelo presidente com os governadores nordestinos de substituir a Sudene por um órgão mais ágil, mais estruturado e com mais recursos” e que “não possui nenhuma garantia de recursos financeiros para a Adene” (*DP*, 24.07.2002).

Quanto à própria agência, só veio ela a ter a sua diretoria nomeada agora, cinco meses após o decreto estruturador, certamente pela

dificuldade em encontrar candidatos para essa “missão de martírio”. E ainda assim, a nomeação descumpre o próprio decreto, que exige a presença de pelo menos um servidor público federal entre os diretores (art. 5, par. 1). Fechando o festival de cabeçadas: com a recusa do diretor-geral em empossar-se, é exigido um quórum mínimo de três diretores, entre eles o diretor-geral (art. 12, par. 1). E só a estes cabem as medidas gerenciais, como nomear, comissionar, contratar, etc (art. 20).

A única lição a tirar dessa burlesca corrida de calhambeques é a de que não adianta obstinar-se no caminho errado, tentando avançar aos tropeços. Se, por circunstâncias que já não vale a pena evocar, enveredamos por trilha incerta, só há uma coisa a fazer: retomar a via correta, cujo ponto de chegada pode ser vislumbrado. No caso em tela, isso equivale ao que o próprio presidente sugeriu, ou, ao menos, admitiu: “consertar”, no Congresso, a malsinada MP, e convertê-la em lei que reflita as proclamadas intenções de transformar, fortalecer e modernizar a autarquia regional. E para tanto, três pontos destacam-se como essenciais: mudar a fórmula de extinção para transformação, manter o conselho deliberativo na estrutura do órgão e garantir-lhe a missão efetiva de formular políticas de desenvolvimento e coordenar a ação do governo federal na região.

Em sucessivos artigos publicados nesta página (06.06.2001, 26.10.2001, 05.03.2002 e 02.05.2002), temos, modesta mas incansavelmente, martelado essa tecla. Mas outra também merece ser ferida: não há justificativa para a insistência em dar um tratamento uniforme às questões de desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia. As características das duas regiões são tão distintas, são tão profundas as suas divergências em ecologia, economia e história, suas agências planejadoras Sudene e Sudam tiveram sempre um comportamento tão discrepante, que a explicitação dessas diferenças tomaria um artigo inteiro. Aqui, só cabe a pergunta: que mesquinha conveniência política nos mantém jungidos a um ambiente geográfico e institucional que nada tem a ver conosco? Quando teremos um tratamento político-administrativo específico, compatível com a nossa realidade infra e superestrutural?

Todos esses fatos incontrastáveis comprometem a liturgia da presidência da República, transformando uma cerimônia que se requeria solene numa pantomima. Pois que sentido há em dar posse a uma diretoria capenga, que não pode funcionar?

Tem toda a razão o candidato José Serra, nosso honrado companheiro de antigas lides estudantis: a melhor maneira de o presidente

ajudar na sua campanha é governando bem. E a solução do presente imbróglio, junto ao Congresso, é um dos desafios restantes. Sugerimos, mais uma vez, que o próprio candidato tome o pião na unha, dando também o seu empurrãozinho, se não quiser ser atingido pelo desgaste de situação tão constrangedora.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 01/08/02.

A NOVA SUDENE E SEUS MEIOS

Saúdo a primeira manifestação crítica, fundamentada, que vem a público sobre a proposta de recriação, ou restauração, da Sudene. Nos limites de um artigo de jornal, e assinada por alguém de notório conceito como jurista e homem de pensamento – o dr. José Paulo Cavalcanti Filho – ela contribui para fecundo debate sobre um dos principais papéis da instituição regional: o de administradora de incentivos ao investimento privado.

Embora deixe transparecer algum desalento quanto à parte analítica e às diretrizes da proposta, o nosso crítico não se ocupa de comentá-la. Faz muito bem. Como tenho dito em outros trabalhos, em matéria de diagnóstico socioeconômico do Nordeste não estamos mais em 1959: foi-se o tempo das descobertas impactantes. Assim, não há grandes discordâncias sobre como estão as coisas, e o que precisa ser feito. A questão se desloca para a natureza dos instrumentos de ação. E aí o dr. José Paulo não economiza reparos.

Faço coro à opinião abalizada do articulista sobre o instrumento legal a ser utilizado. Nada sei quanto ao ministro, mas posso assegurar que a dra. Tânia já foi alertada para a dificuldade, optando, no entanto, por encarar o problema na fase final dos trabalhos. Lei complementar será necessária, pela exigência do art. 43, § 1º, II, da Constituição Federal, e até pelo fato de o Conselho Deliberativo da autarquia ter sua composição, desde 1991, definida por lei complementar, a LC nº 66. Por isso a MP nº 2.156/01, que (mesmo de forma inconstitucional) extinguiu a Sudene, não ousou extinguir nem alterar o seu conselho, apenas “pendurando-o” no Ministério da Integração Nacional, para não funcionar.

Estou de acordo, também, quanto ao alerta sobre a vigência dos incentivos aplicados ao lucro: as reduções do Imposto de Renda. Se restabelecermos o critério da “conquista”, ardilosamente alterado pela Lei nº 9.532/97 para o da “fruição”, na consideração do prazo final do benefício, a data limite de 2013, adotada, talvez, por razões de tática política, passa a ser bem mais razoável e operacional.

No entanto, no aspecto do mérito desses incentivos, assumo o ônus da defesa. Em primeiro lugar, pelo argumento, mais simplório, da segurança:

o favor se materializa “ex-post” em relação à operação incentivada, o risco de desvios praticamente não existe. Em segundo lugar, e mais importante, pelo seu reconhecido poder de atração de investidores de fora da região, nacionais e multinacionais. Entre lucrar no Nordeste e lucrar mais noutro ponto do país – ou do mundo – a fria lógica do capitalista não vacilará, preterindo-nos, a menos que o compensemos, por um bom tempo, com a isenção ou redução do imposto sobre o lucro, fazendo pender em nosso favor a balança das alternativas de localização.

É claro, e volto a concordar com o dr. José Paulo, que o alívio no IR não é instrumento suficiente. É necessário apoiar também a “formação de capital”, o esforço inicial de investimento. Mas discordo de novo, e agora frontalmente, da sugestão de incentivo na “formação do preço”, via redução de IPI ou ICMS. Modestamente, alinho as minhas razões.

O fundamento moral para os nossos incentivos é o objetivo de redução das disparidades regionais, que jamais será atingido pelo livre jogo das forças do mercado. Por isso, eles devem ser concebidos como transitórios, desaparecendo quando, algum dia, cessar a sua motivação. Ora, tal nunca poderá ocorrer se o benefício revestir a forma de subsídio ao custo de produção, como é o caso enfocado. Este terá de ser permanente, inviabilizando o empreendimento na exata hora em que for retirado.

Neste mundo globalizado em que estamos inexoravelmente inseridos, devemos, sim, criar fatores de atração de empreendimentos e de estímulo a novas inversões de empresas locais. Mas esses empreendimentos e essas empresas têm de ser competitivos. Conceder subsídios ao preço, via redução do IPI ou ICMS, é criar uma competitividade artificial para viabilizar operações, por definição, antieconômicas. No limite, teríamos aqui um parque industrial claudicante, a depender eternamente da muleta governamental para sobreviver. Penso não ser isso o que devemos desejar para nossa região.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 10/06/03.

NOVAS PROPOSTAS SOBRE INCENTIVOS

Prosseguindo com suas sugestões para o trabalho de recriação da Sudene e de redefinição de seus instrumentos, o dr. José Paulo Cavalcanti Filho propõe um “incentivo à prova de fraude”, para corrigir distorções verificadas no mecanismo do art. 9º da Lei nº 8.167/91. Honrado com a oportunidade de, mais uma vez, debater as suas ideias, apresento aqui os meus comentários.

A primeira observação a fazer é que os desvios analisados, como o próprio autor ressalva, restringem-se ao “caso especial” da *participação acionária minoritária* conjunta dos investidores do “artigo 9º” no empreendimento beneficiado. E se é verdade que tal tipo de composição constituiu a esmagadora maioria dos projetos aprovados pela Sudam (90%), com todas as manobras tão bem descritas pelo dr. José Paulo, o contrário ocorreu no caso da Sudene. Levantamento feito no fim de março de 2001 – às vésperas da extinção da autarquia – revelou que, de todos os projetos aprovados por ela, desde o início do sistema, apenas 8% foram enquadrados no “artigo 9º”. E do conjunto de projetos excluídos do programa (desistentes, declarados caducos, cancelados por desvios), apenas 6,8% eram daquela espécie, tendo recebido apenas 1,5% do Finor liberado. O que demonstra, desde logo, que, no Nordeste, as disfunções e irregularidades concentraram-se nos projetos que demandaram recursos do “fundo” (art.5º).

É certo que a incidência de pleitos do “artigo 9º” cresceu a partir de 1994, depois que o general Nilton Rodrigues, diante da clamorosa insuficiência de recursos do fundo, sustou a aprovação de projetos na forma do “artigo 5º”. Ainda assim, na mesma data citada de 2001, dos 221 projetos em implantação, apenas 58 eram do “artigo 9º”. E destes, 32 eram do tipo “puro sangue” (aplicação em empreendimento próprio), 16 eram mistos e somente 10 (isto é, 17,2%) enquadravam-se na hipótese tomada como referência. Assim, poderíamos pensar, simplesmente, em eliminar a fórmula da “participação minoritária conjunta”, em vez de nos arriscarmos a um transplante de mão para curar um panarício.

A segunda questão a considerar é a dificuldade de enquadramento constitucional do instrumento proposto. Lembro quando a ideia surgiu, pela primeira vez, em 1999, no bojo das diversas sugestões de modificação do sistema de incentivos, que acabaram resultando, estouvadamente,

na MP nº 2.199-14. Discutimos o assunto com o dr. José Daniel Diniz, tributarista e ex-juiz federal, então consultor jurídico do Ministério da Integração Nacional. Depois, aprofundamos a matéria em parecer jurídico (Parecer PRD/CJU nº 093/99), da lavra do dr. Francisco Antonio de Barros e Silva Neto, um dos brilhantes jovens procuradores cujo trabalho tive a honra de coordenar na Procuradoria da Sudene, e hoje também juiz federal. Os obstáculos da vedação constitucional à vinculação de receitas e da responsabilidade tributária dissonante da sistemática do CTN, entre outros, nos pareceram, “datíssima venia” dos defensores da proposta, incontornáveis.

Finalmente, recorro ao conceito aristotélico da “petição de princípio” para trazer à discussão o fundamento da proposta: por que o incentivo, permanecendo algum tempo como tributo, inibiria a prática de fraudes? Se assim fosse, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional não teria a plethora de execuções fiscais de dívidas tributárias que tem por promover. E tais execuções em quase nada diferem das execuções de dívidas não-tributárias que vínhamos promovendo, na Procuradoria da Sudene: apuração, inscrição, certidão, ajuizamento, penoso acompanhamento, reduzida possibilidade de plena recuperação dos recursos. A própria PGFN pode dar testemunho das suas agruras.

São apenas ponderações, claro, e aqui parodio o amigo dr. José Paulo. Mas parece que vamos ter ainda muito trabalho para reconstruir, com melhorias, o edifício que o presidente FHC, num lampejo de estupidez, demoliu.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 01/07/03.

CARTA A UM JOVEM REPÓRTER

Meu caro Felipe Patury:

Começo por dizer que a essência do recado contido em sua matéria “O mito da blindagem” (*Veja*, 06.08.2003, pág. 46) está correta. Não há sistema administrativo imune a fraudes, da mesma forma que nenhum aparato policial, por mais tecnologicamente sofisticado, poderá extinguir a criminalidade. Isso não constitui propriamente uma ideia nova, mas serve para demonstrar o equívoco do ministro Ciro Gomes, ao limitar a esse conceito a proposta de recriação da Sudene. Pois não é por tal idealização que o nobre projeto de Celso Furtado deve ser retomado.

É nas considerações e nos comentários acessórios que você comete enganos e injustiças, tanto ao emitir juízos de valor, como juízos de realidade. E assim atinge os sentimentos dos veteranos da autarquia, e até mesmo, no meu entender, a memória dos que já se foram. Entre todos, seu pai, seu tio, e este amigo que lhe escreve. Por isso, sabê-lo filho de Luís Romero Patury e sobrinho de Antonio Carneiro Leão, sudeneanos históricos de breve mas brilhante e límpida trajetória, um chegando a secretário da Receita Federal, o outro a superintendente adjunto da autarquia, me é particularmente doloroso. E me leva a este esforço de esclarecimento, refutação e desagravo.

Começemos pela legenda da foto, que fala em “saldo negativo” da Sudene, e foi certamente inspirada na sua referência final a “máquinas de gastar já reprovadas pela história”. Em ambos os casos, afirmações irrefletidas, só explicáveis pela desinformação ou pelo preconceito. Pois não é desinformação desconhecer que instituições como as centrais de abastecimento metropolitanas (Ceasas), o Sebrae, os órgãos estaduais de desenvolvimento, nasceram de ideias, propostas ou projetos da Sudene? Que a valorização do ensino de economia na região, e da atividade de planejamento no país foi obra da Sudene? Que a agricultura irrigada do Nordeste teve origem em estudos da autarquia, com o apoio de missões técnicas estrangeiras? Que toda a moderna indústria nordestina (química, eletroeletrônica, metalúrgica, de papel e papelão, de plásticos) foi implantada com incentivos administrados pela Sudene? Como então, diante de tal quadro, falar em “saldo negativo”?

Por outro lado, somente as viseiras do preconceito contra a “região desgraçada”, de “jecas”, no rancoroso dizer do seu colega Paulo Francis, podem explicar afirmações tão infundadas, não apenas inverídicas, mas também inverossímeis. Nunca houve estudo do TCU sobre “quatro décadas de atividade do órgão”, até porque esta não é função do TCU, mas apenas auditagens, limitadas no tempo e no conjunto de projetos. E a “estatística” de um projeto fracassado em três é tão exagerada quanto as cifras de recursos desviados proclamadas pelo deputado José Pimentel, que lhe valeram o epíteto de “pinóquio”, da parte de outro de seus colegas de profissão (Luís Nassif, *FSP*, 17.05.2001).

Não tenho espaço neste artigo para apresentar a massa dos dados que desmentem declarações tão inconsistentes, mas o remeto a fonte insuspeita: as conclusões do relatório da CPI do Finor. Por aqui, limito-me a refutar outra de suas afirmações sobre o fechamento da Sudene. Pois só posso entender tal medida como “necessária” na ótica dos donos do poder, à época: para interromper o trabalho de recuperação da autarquia, saneamento do sistema de incentivos e penalização dos infratores, que vinha sendo impecavelmente conduzido pelo general Nilton Rodrigues, com o nosso apoio, desde 1994. E para colocar, no lugar dela, uma pequena burocracia, mais maleável às suas conveniências políticas.

De resto, tenho a lhe dizer que o risco de desvios nas organizações governamentais não nos deve levar a essa posição de privatismo “à outrance”. É certo que o Estado deve reduzir sua presença na economia, limitando-se a setores circunstancialmente estratégicos. Mas jamais poderá deixar de atuar, como regulador, em contraposição às tendências de concentração espacial da atividade econômica, para evitar ou corrigir o descompasso entre regiões. Simplesmente porque o livre jogo das forças do mercado jamais o fará.

Por isso, meu prezado Felipe, “manter uma agência de fomento federal para o Nordeste” continua fazendo todo o sentido. Até porque os governos estaduais estão mais fracos do que nunca, e desunidos, brigando por favores do Governo Federal e sacrificando os seus cofres, no afã de atrair, com benesses fiscais, os investidores externos. Sem a tal agência, o círculo de miséria tenderá a permanecer fechado em torno da terra dos seus pais, que é também a sua. Pois o conheci menino, aqui no Recife, e confio que os muitos anos em Brasília não o tenham desnaturado.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 04/09/03.

HOMENAGEM A CELSO FURTADO

Há três anos, em artigo nesta página (“A guerra acabou”, *JC*, 06.06.2001), referi-me à extinção da Sudene como o apagar de uma luz, de um farol norteador para a minha geração. E prevenia os companheiros para a fase de combate nas sombras que teríamos de enfrentar, caso optássemos por continuar perseguindo os nossos ideais de juventude.

Continuamos combatendo, onde e como nos tem sido possível. No meu caso pessoal, tive a honra de, integrado à equipe coordenada pela professora Tânia Bacelar, trabalhar na concepção da proposta e do instrumento legal de recriação da autarquia. Mas agora, quando a luz no fim do túnel ainda nos parece distante, somos golpeados com a perda da nossa mais forte referência: dr. Celso Furtado fechou os olhos. Já não contaremos com sua emulação, com o seu apoio, com a chama da sua esperança. O criador da Sudene e inspirador de tantos jovens técnicos não viveu para receber, na plenitude, a reparação pela violência perpetrada contra a sua obra mais estremecida: a restauração do órgão de desenvolvimento do Nordeste.

Num de seus livros mais recentes, ele fala, com admiração, da saga da Cepal, que, de simples agência das Nações Unidas, converteu-se, graças ao trabalho e às ideias de Raul Prebisch (e dele também, acrescentamos), em escola de pensamento, balizando a atuação de tantos economistas e planejadores. Da mesma forma podemos falar, guardadas as proporções, em uma escola “sudeneana”, surgida da sua liderança intelectual e da sua mística de comando. Desses, que ele chamou “paladinos da Ordem do Desenvolvimento”, muitos também já caíram: Jáder de Andrade, Estevam Strauss, Nailton Santos, Raimundo Bonfim, Marcos Lins, Fernando Barros Correia, Antonio Carneiro Leão, Luís Romero Patury, José Hamilton Suarez, e outros mais. Mas os que restam ainda esperam, obstinados, que o atual governo brasileiro cumpra a sua promessa.

Ao decretar luto oficial pelo ilustre desaparecido, o presidente da república, entre outras coisas, afirmou: “Lembro-me com emoção de sua presença na cerimônia de recriação da Sudene no ano passado, em Fortaleza. Mesmo debilitado fisicamente, comemorou sua fé no Nordeste e no Brasil. Perco um amigo, mas guardo seus ideais.” Sou dos que acreditam na sinceridade e na retidão de propósitos do nosso chefe do Executivo.

E me pergunto: será que ele não se dá conta de que o “núcleo duro” do seu governo não tem o menor interesse pela questão do desenvolvimento regional? Será que ele não sabe que o projeto de lei complementar de recriação da autarquia arrasta-se no Congresso, sem nenhuma demonstração de interesse de quem o encaminhou? Será, enfim, que ele não percebe que, enquanto não sancionar essa lei, nada terá acontecido, e a cerimônia a que se referiu, e tanto comoveu o dr. Celso – na verdade, apenas o anúncio do encaminhamento do projeto de lei – estará reduzida a uma grotesca e desrespeitosa pantomima?

Se quer homenagear de fato, mesmo postumamente, o dr. Celso Furtado, o que o presidente tem a fazer é impulsionar a proposta de recriação da Sudene no Congresso – pois que, curiosamente, nenhum parlamentar, governista ou da oposição, tem-se manifestado contrário – e, afinal, restabelecer o órgão regional, na plenitude dos seus meios e da sua missão desenvolvimentista. Com isso, terá dado cumprimento à sua promessa de campanha, e credibilidade às suas palavras. E evitará para si a nódoa com que o seu antecessor manchou, irremediavelmente, a sua biografia de estadista.

Publicado no *Jornal do Comercio* em 25/11/04.

SOBRE CELSO FURTADO

Muitos foram os que fizeram o necrológio de Celso Furtado, em artigos de diferentes matizes: Cristovam Buarque, Marco Maciel, José Serra, Paulo Nogueira Batista e outros mais. Todos mereceram a nossa reverente leitura. Mas nos deparamos também com comentários desfocados, que nos impõem o dever da crítica, para que eventuais aleives não passem sem refutação.

Tales Alvarenga (“Celso Furtado e Bob Fields”, *Veja*, 01.12.04) não conhece a obra de Celso Furtado. Não deveria, pois, incorrer na levianidade de comentá-la. Afirma que Furtado “era...um nacionalista da velha estirpe”, “um dicionário vivo dos chavões no nacionalismo”, “combatia as companhias estrangeiras” e, enfim, que sua teoria do subdesenvolvimento “foi desbaratada pelo salto dos Tigres Asiáticos”. Para não errar completamente, declara também que o indigitado “era a favor da intervenção do Estado na economia” e “nunca foi um economista muito amigo da matemática”. É como se contemplasse a imagem do seu retratado em um espelho deformado.

Em primeiro lugar, a teoria do subdesenvolvimento e as suas categorias explicativas, concebidas não apenas pelo nosso mestre, mas também por Raul Prebisch, Gunnar Myrdal, W. Arthur Lewis, Ragnar Nurkse e outros, permanecem válidas: o modelo centro-periferia, o dualismo estrutural, a heterogeneidade tecnológica, o crescimento com oferta ilimitada de trabalho, o princípio da causação circular e acumulativa, o efeito-demonstração (levando pobres a pretender consumir como ricos), todos esses conceitos têm sido fonte de inspiração para a política econômica do Terceiro Mundo ao longo das últimas décadas. E assim também a proposta da intervenção reguladora do Estado, que hoje já ninguém contesta, reduzindo-se o liberalismo radical a mero discurso de conveniência. A fórmula do sucesso dos “Tigres Asiáticos” – duas pequenas ilhas, uma cidade-Estado e um meio-país – claramente irreproduzível em Estados continentais como o Brasil e a Índia, teve sobre a construção teórica da “economia do subdesenvolvimento” o efeito de um peteleco. E mesmo nesses casos não se pode afirmar que a intervenção estatal esteve ausente.

Por outro lado, Celso Furtado nunca foi um nacionalista simplório, nem um inimigo passional das companhias estrangeiras (nós, que

recém-saídos do movimento estudantil, o combatemos, quando estendeu os incentivos fiscais da Sudene às empresas de capital externo, sabemos bem disso). Ele apenas entendia, corretamente, que cabe ao Estado – não às multinacionais – decidir sobre os interesses, as prioridades e o destino do país. Quanto ao mesquinho comentário sobre o seu descaso pela matemática, cabe a pergunta: e daí? Roberto Campos, seu dito “antípoda”, com formação de seminarista, também não cogitava disso, o que não o fez menos brilhante na defesa de suas posições. E aqui reverberou um pensamento do mestre: a economia, *como técnica*, tem-se valido bem do instrumento da matemática, mas não tanto *como ciência*.

Enfim, o confronto proposto por Tales Alvarenga entre as ideias de Furtado e de Campos peca pelo simplismo, e por comparar políticas econômicas com intervalo de quatro décadas. É óbvio que a receita dos anos 60 não pode ser a mesma para hoje. Na verdade, os dois se respeitavam e dialogavam, divergindo, essencialmente, nas ênfases e no temperamento. O segundo, na expressão de Moacir Werneck de Castro (*Jornal do Brasil*, 07.09.85), tinha “uma personalidade seca”, a que faltava, “de todo, o chamado leite da bondade humana”. Segregava “uma espécie de pensamento soturno, infenso às alegrias da solidariedade”. O primeiro, bem ao contrário, desapreciava os que chamava de “táticos, sem visão do futuro”, mantinha o coração e a cabeça “en el aire del mundo”, tinha o sonho de redimir a sua região, de melhorar país, de preservar o planeta. Era um profeta leigo, um “profeta secular”, como o chamou o bispo D. Marcelo Carvalheira, em missa pela sua morte, no Recife.

Quem acertou em cheio, ao analisar a personalidade desse paraibano cidadão do mundo, foi Roberto Pompeu de Toledo (*Veja*, 01.12.04), ao perceber em seu olhar triste, no temperamento reservado, de poucas expansões, as vivências do menino sertanejo marcado pela impiedade da natureza e dos homens, pela miséria do meio e pela violência política, e portanto determinado a dedicar a vida ao combate e à superação de tudo isso.

Nesse contexto, parece-nos essencialmente infeliz a proposta do nosso presidente Lula da Silva (“Mestre em Brasil”, *Jornal do Commercio*, 05.12.04), também ele inserido no rol dos articulistas. Em artigo laudatório, de linguagem rebuscada, que não é a sua, anuncia a decisão de dar ao canal de transposição das águas do São Francisco o nome de Celso Furtado. No afã de provar-se comprometido com as ideias do mestre, deseja assim batizar uma obra cuja conclusão ultrapassará o seu mandato e cuja justificação econômica, social e ambiental vem sendo objeto de controvérsia entre órgãos do seu próprio governo. Não se conhece, tampouco, aval

explícito do homenageado a essa operação típica dos tempos do “Brasil Grande”, nem podemos associá-la estritamente às suas teses sobre o campo nordestino. Tudo, assim, parece reduzir-se a uma manhosa jogada política, indigna desse outro sertanejo, ainda mais sofrido, e igualmente vitorioso, que escolhemos para dirigir os destinos do país.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 18/12/04.

EM LOUVOR DE CELSO FURTADO*

Como conheci Celso Furtado e sua obra

Quando a Sudene foi criada, em dezembro de 1959, eu prestava serviço militar, e mal tomei conhecimento do fato. Até então, minhas preocupações haviam sido sobretudo literárias e poéticas, no arrebatamento das primeiras seduções da juventude. Mas, uma vez egresso da caserna, deixei-me contagiar pela febre de politização que então grassava na universidade, comecei a escrever sobre temas políticos e acabei indicado pelo presidente da União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP), juntamente com Malaquias Batista, Tarcísio Burity e José Bezerra Cavalcante, para compor a delegação paraibana ao Seminário de Estudos do Nordeste, que a União Nacional dos Estudantes (UNE) promovia, em março de 1961, na cidade do Recife.

No seminário, já de si uma consequência do amplo processo de conscientização popular que envolveu a criação da Sudene e seus primeiros anos, e também contribuindo para isso, discutíamos, durante o dia, nossos trabalhos sobre os problemas econômicos da região, e, à noite, assistíamos a conferências e debates com a participação das principais figuras da instituição recém-implantada, como Jáder de Andrade, Mário Magalhães, Juarez Farias e Joaquim Ferreira Filho. As ideias de Celso Furtado e seu projeto para o Nordeste começaram a ocupar espaço na minha consciência de universitário “engajado”, como se dizia à época.

Pouco mais de um ano depois, já concluindo o meu mandato de diretor da UNE, eu me encontrava em Tashkent, capital da República Soviética do Uzbequistão, em viagem de estudos patrocinada pela União Internacional dos Estudantes (UIE). Era um programa-tampão para os participantes do Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes pela Paz e Amizade entre os Povos, realizado em Helsinque, Finlândia, que também iriam ao Congresso da UIE, em Leningrado (hoje São Petersburgo). E eu escolhera a alternativa mais extravagante: a Ásia Central. Achando-me num grupo heterogêneo de universitários latino-americanos, asiáticos, indianos e africanos, fui levado à presença de um senhor de cabelos grisalhos, que queria saber se havia brasileiros na comitiva. Era o dr. Estevam Strauss,

* Pronunciamento feito, de improviso, no debate sobre a obra de Celso Furtado, promovido, em sua homenagem, pela Academia Paraibana de Letras, no dia 20 de janeiro de 2005, e posteriormente convertido em texto escrito.

diretor de Recursos Naturais da Sudene, que até lá fora deslocado, para observar técnicas e sistemas de irrigação. E assim, dois nordestinos, cujas famílias até se conheciam, um garoto empolgado pelo idealismo estudantil e um técnico maduro e respeitado, que vinha colher experiência para a sua patriótica tarefa, encontravam-se do outro lado do planeta, movidos por um ideal comum. E a imagem da autarquia regional fazia-se mais forte em meu espírito.

Por isso, ao receber meu diploma acadêmico, não vacilei em habilitar-me ao 3º Curso de Formação de Técnicos em Desenvolvimento Econômico (TDE), que a Sudene promovia, com apoio da Cepal, como forma de selecionar e compor o seu quadro de especialistas. E, ao concluí-lo, reencontrei o dr. Strauss, que, com certa emoção, lembrou nosso imprevisível contacto, quase um ano antes, no remoto país dos uzbeques.

As exposições dos diversos diretores da Sudene sobre os programas que coordenavam, constituíam os eventos finais do Curso de TDE. Depois, como a coroa-las, havia a fala do próprio Celso Furtado. E tais eram a convicção e o entusiasmo por ele transmitidos, que suas palavras, passados mais de quarenta anos, ainda ressoam em meus ouvidos. Ele falava do imenso desafio que se apresentava à juventude nordestina: o de vencer o subdesenvolvimento da região. E de que devíamos considerar-nos privilegiados por isso, pois ele vira, em países desenvolvidos mundo afora, jovens transviados, quebrando vitrines por não ter nada de importante a fazer.

Dos rápidos contactos que com ele mantive, já como técnico da Assessoria de Cooperação Internacional (ACI) da autarquia, guardo duas lembranças: a grata surpresa demonstrada ao saber-me neto do “velho Clemente Rosas”, que, adolescente, conhecera nos verões da Praia Formosa, e a altiva independência com que discutia, em inglês fluente, as ofertas, muitas vezes manhosas, de assistência técnica e financeira dos gringos, no âmbito da Missão Nordestina da Usaid (United States Agency for International Development). Meus pais, aliás, já me haviam falado daquela breve convivência, em tempos passados, com o jovem Celso, um veranista um tanto atípico: sempre no terraço da casa de praia da família, lendo, estudando.

A mística da Sudene e o carisma do seu criador

Imenso era o respeito que nos inspirava o nosso comandante, nas lides daquela jornada aventureira por mares inexplorados. Tudo era novidade, em comparação com as funções públicas tradicionais que conhecíamos. E aquela liderança carismática dava-se naturalmente, pois o chefe

sempre manteve a atitude retraída, de pouca conversa, avessa a qualquer tipo de demagogia, que o caracterizou em toda a sua vida.

Nossa resposta era uma integral dedicação ao trabalho, sem limite de horas nem exigências de maior retribuição financeira. Diretores e técnicos, indistintamente, varavam as noites, em vigílias esforçadas, sempre que as tarefas o exigiam. Lembro especialmente os companheiros da Assessoria Técnica, nos fins de semana consumidos nas ocasiões de fechamento de planos, e o pessoal da Assessoria Jurídica, que mantinha um terceiro expediente, noturno, quase diário. Um dos colegas advogados, o baixinho Márcio Maciel, muito próximo de nós por gostar de inglês e vir conversar, vez por outra, com a nossa secretária bilingue, Clélia Reis, facilmente denotava sua presença nas madrugadas, pelo aroma do seu cachimbo, fluindo através do corredor que ligava os escritórios das três assessorias.

Nas suas memórias, Celso Furtado refere-se com admiração à Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), que, de simples agência das Nações Unidas, converteu-se em escola de pensamento. Pois bem. Da mesma forma que hoje se fala de uma “escola cepalina”, guardadas as proporções, creio que se poderia falar também de uma “escola sudeneana”, caracterizada pelo compromisso com a região, pela racionalidade, pela independência de espírito, pela probidade.

Foi da instituição, convertida em celeiro de talentos, que saíram, tangidos pelo “acidente” político de 1964, valores individuais para os quatro cantos do mundo: Nailton Santos para o Mercado Comum Europeu, Carlyle Guerra de Macedo para a Organização Panamericana de Saúde, Jáder de Andrade e Estevam Strauss para a Cepal, José Maria Aragão para o BID, só para citar os que me vem momentaneamente à memória. Outros, talvez mais pacientes, cumpriram algum tipo de “exílio interno”, e ressurgiram, galgando posições na elite intelectual e política do país. Exemplo destes é o ex-governador e senador do Rio Grande do Norte Geraldo José de Melo, um amigo que sempre carregou a Sudene dentro de si. Enquanto governador, nunca faltou a uma reunião do Conselho Deliberativo da autarquia, para onde se deslocava, fosse onde fosse, pilotando o avião do Estado. E como ele muitos mais, que seria exaustivo citar. Todos para sempre, obstinadamente, “sudeneanos”.

Paraibano, nordestino e cidadão do mundo

A atitude de Celso Furtado em relação à sua terra e à humanidade é bem retratada em alguns versos do poeta Juan Ramón Jiménez, que ele usa como epígrafe em pelo menos dois dos seus livros:

Pie en la patria,
casual o elegida;
corazón, cabeza
en el aire del mundo.

Os pés bem fincados no solo da pátria, seja aquela onde se nasceu, seja outra, que se teve de adotar (e quantos intelectuais latino-americanos a tal não foram forçados, para fugir à repressão, tangidos por essa “catapora” de ditaduras cruéis que, de tempos em tempos, assola o nosso continente!). Mas o coração e a cabeça abertos aos ares do mundo.

Assim conduziu-se ele a vida inteira, preocupado, ao mesmo tempo, com o desenvolvimento da sua região e o futuro da espécie humana, com o destino do seu país e as assimetrias e armadilhas da globalização para todos os países. Cidadão do mundo, pelos trabalhos que realizou em vários pontos do planeta e pelas missões que cumpriu, internacionalmente, jamais renegou, nem mesmo no estilo, a condição de brasileiro, de nordestino, de paraibano, de sertanejo. De alma generosa e solidária, permaneceu “seco como um cacto”, segundo expressão dele próprio, que articulistas da extirpe de Rubens Ricúpero e Roberto Pompeu de Toledo souberam tão bem glosar.

Vivendo tantos anos no Rio, nunca foi afetado, em sua maneira de falar, pelo acento metropolitano. Nem mesmo aquele “ti” chiado dos cariocas, cacoete que converte a consoante oclusiva “t” em consoante fricativa (e muito nordestino de pouca personalidade procura imitar) teve o dom de contaminá-lo.

Sem dúvida, a fidelidade às suas raízes é apanágio dos grandes intelectuais, assim como dos grandes artistas.

A ciência econômica multidimensional

Um sábio conselho do pensador inglês Samuel Johnson a seu deslumbrado discípulo John Boswell é citado por Celso Furtado em outro dos seus trabalhos: “My dear friend, clear your mind of cant”. Ele também, embora servindo-se a fundo da racionalidade econômica, jamais se limitou aos jargões do “economês”, jamais se deixou prender pelo cerco conceitual da disciplina. Ele também recomendou aos seus discípulos que “não se deixassem embair pelo brilho falso do monetarismo”.

Tendo aprendido, por experiência própria, que, para bem compreender os problemas do subdesenvolvimento, havia que descer da “atmosfera

rarefeita das altas abstrações”, onde pairava então a teoria econômica estudada nos centros desenvolvidos, logo percebeu também a multidimensionalidade dos fenômenos a analisar. Daí vem sua afirmação de que “jamais conseguiu ver um problema como puramente econômico”. Pois, na verdade, os problemas econômicos são também sociológicos, psicossociais, culturais, demográficos, ambientais, políticos.

Foi essa visão abrangente que lhe permitiu, junto a outros inovadores como Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal, William Arthur Lewis e Raul Prebisch, conceber as categorias que vieram a compor a teoria do subdesenvolvimento. E foi também o que deu universalidade à sua obra.

O “lobo solitário”

Sem dúvida, a cassação dos direitos políticos de Celso Furtado, promovida pelos vitoriosos do Movimento Militar de 1964, foi o maior dos absurdos. Pois ele nunca foi “político”, tomada a palavra no sentido de engajamento a partidos, facções ou grupamentos voltados para a conquista do poder. Nem quando ainda era estudante universitário, no que divergiu, por certo, da maioria dos seus colegas intelectualizados. E mesmo após sofrer a injusta punição, sua atitude não foi a de ligar-se aos grupos de exilados e inconformados com o novo regime que se formaram naturalmente. Preferiu o caminho do “lobo solitário”, segundo sua própria expressão. Só com a anistia e o retorno dos expatriados é que atendeu ao chamamento das forças populares para o pleno restabelecimento do jogo democrático.

A dimensão política do seu trabalho, no entanto, não é posta em questão. Simplesmente, não comporta rótulos. Nem comunista, como o increpavam as vozes retrógradas que se opunham a seus planos para o Nordeste, nem “burguês reacionário”, como o classificavam os esquerdistas ingênuos ou sectários. No entendimento de que os interesses do Estado devem prevalecer sobre as ambições das empresas multinacionais, era um nacionalista sem intransigência. Na convicção de que “o mercado é um mecanismo insubstituível, mas imperfeito” (expressão de José Guilherme Merquior), nunca teve uma proposta estatizante, mas sim, e limpidamente, intervencionista. Para flanquear as questões éticas envolvendo a atividade produtiva privada, a “exploração do homem pelo homem”, a apropriação da mais-valia do trabalho pelos capitalistas, conceitos marxistas de forte presença nos debates dos anos 50 e 60 do século passado, afirmava, simplesmente, que a livre iniciativa era uma maneira mais eficaz de organizar a produção. Para a surpresa de muitos, inclusive de quem escreve estas linhas, a História demonstrou que ele tinha razão.

De resto, os espíritos esclarecidos sabem hoje que o liberalismo radical é mero discurso de conveniência. Quando as coisas apertam, os grandes empresários são os primeiros a correr para a asa protetora do Estado, à procura de apoio, com o argumento do interesse coletivo, do amparo à comunidade dos empregados, do bom serviço aos consumidores. Alguns declaram-se até mesmo francamente favoráveis à intervenção do Estado, como o fez, há alguns anos, um presidente da Philips internacional, em entrevista à revista *Veja*, cuja referência, lamentavelmente, perdi.

Celso Furtado sabia muito bem que essa hagiologia do mercado, que andou em moda por uns tempos, é, no fundo, ridícula. O mercado, deixado aos seus livres impulsos, acarretará, mundialmente, o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, levará a poluição ambiental a níveis incompatíveis com a vida, e, sobretudo, nada fará para a redução das disparidades internacionais e regionais de desenvolvimento, o que tem a ver, diretamente, com o nosso futuro de brasileiros e nordestinos.

O “profeta secular”

Celso Furtado foi convocado para conceber e executar o projeto de recuperação econômica do Nordeste por Juscelino Kubitschek, que desejava, ao final do seu mandato, remover aquela nódoa de sua administração: uma extensa região do país entregue à penúria, indefesa diante de adversidades climáticas recorrentes. Para isso, dele recebeu todo o apoio político necessário, dirigindo, com plena autonomia, uma organização montada à margem das estruturas administrativas carcomidas do Estado brasileiro à época, verdadeiros feudos das oligarquias regionais.

Mas Juscelino foi substituído na presidência da República por Jânio Quadros, candidato da oposição, de estilo e ideias bem discrepantes. E enquanto muitos executivos da administração pública procuravam aproximar-se do novo presidente, num esforço de composição, o superintendente da Sudene viajava pelo mundo. Surpreso, Jânio determinou a seu fiel secretário, José Aparecido: “Convoque esse homem. Quero vê-lo”. E o manteve no posto, talvez até com mais prestígio, pois lhe deu acesso permanente às reuniões ministeriais.

Com a destemperada renúncia de Jânio, assume o vice-presidente, João Goulart, representante de um terceiro partido, de matiz populista. Celso Furtado continua à frente da Sudene. E quando a divisão de poder imposta pelo parlamentarismo improvisado que se implantaria no país já encorajava as velhas raposas a tomar-lhe o posto, o que lhe diz Jango? “Querem fazer da Sudene um balcão de emprego. Para que você saia de

lá será preciso duas assinaturas: a do primeiro-ministro e a minha. E a mim, me cortam a mão, mas eu não assino”.

Que conclusões podemos tirar desses fatos? A primeira, contrastadora, é a de que involuímos em nossas práticas políticas. Temos visto aí três presidentes, de partidos, concepções e temperamentos bem distintos, que não titubearam em repelir interesses paroquiais ou conveniências eleitoreiras, para conservar a colaboração de alguém que se impunha por sua autoridade técnica e moral. Tido o primeiro, por muitos, como leviano e inescrupuloso, como paranoico o segundo, como despreparado e inseguro o terceiro, assumiram eles, no entanto, com essa simples atitude, a dimensão de estadistas. É melancólico constatar que nossos dois últimos presidentes, com perfis pessoais mais meritórios – um, intelectual renomado, outro, retirante nordestino e líder operário que soube elevar-se ao posto máximo da nação – não alcançaram esse patamar de descortino e dignidade.

A segunda conclusão, já antecipada, é a da virtude e da grandeza do nosso homenageado, nos planos cívico, intelectual e ético. Fiel aos três presidentes, não cortejou nenhum deles, embora os considerasse amigos, como se pode perceber pelas referências calorosas que, sem detrimento do juízo crítico, lhes faz, de olhos postos no futuro. E assim mereceu o respeito de todos.

Em missa que os veteranos da Sudene, companheiros a quem chamou, na dedicatória de um dos seus livros, de “peregrinos da Ordem do Desenvolvimento”, mandaram celebrar pela sua morte, o oficiante, Dom Marcelo Carvalheira, a ele se referiu como “um profeta secular”. Contrastando com a maioria dos economistas que hoje vemos pontificar nas esferas governamentais, preocupados apenas com o desempenho da economia no semestre, ou com a meta de inflação para o exercício, ele bem merece o título. Os outros, segundo a sua própria expressão desencantada, são apenas “táticos, sem visão do futuro”.

Morte e vida de Celso Furtado

Há duas maneiras de considerar o desaparecimento de nosso homenageado. A primeira inspira-se na reflexão de John Donne, o pensador inglês, que figura como epígrafe no livro de Ernest Hemingway, *Por quem os sinos dobram*: “No man is an island”. “Nenhum homem é uma ilha... cada homem é um pedaço do continente, uma parte do principal; se um torrão de terra é arrancado pelo mar, a Europa fica menor...; a morte de

qualquer homem me diminui, porque faço parte da humanidade. Portanto, não procure saber por quem os sinos dobram; eles dobram por você”. Nesse sentido, e com mais forte razão ainda, por tratar-se de quem se trata, com a morte de Celso Furtado, todos morremos um pouco.

Proponho, no entanto, que encaremos a situação com uma ótica mais esperançosa, mais iluminada, que melhor condiz com a personalidade do desaparecido. Pensemos que ninguém morre completamente se os seus trabalhos permanecem, se as suas ideias se propagam e conquistam outras mentes, se o seu exemplo é seguido. E recordemos assim a indagação desafiadora do apóstolo Paulo: “Mors, ubi est victoriam tuam?”

Celso Furtado vive: no coração dos que participam desta cerimônia, na consciência dos discípulos e companheiros de trabalho que tanto aprenderam com ele, no compromisso, que todos temos assumido, de fidelidade aos seus ideais e aos seus sonhos.

MORTE E VIDA DA SUDENE

Há, neste mundo, vocações sombrias. A de coveiro, por exemplo. Ou a de guardião de sepulcros. O dr. José Aristophanes Pereira, após haver antecipado a morte da Sudene, entoando compungidas nênias à defunta antes mesmo do seu velório (*JC*, 02.02.2001), agora se empenha em mantê-la sob os sete palmos de terra (*DP*, 19.04.2005). E o mais curioso é que, em seu último artigo, ao descrever como era a instituição que morreu, e contra cujo renascimento se insurge, ele apresenta os fundamentos pelos quais ela deve renascer.

Lucidamente, o dr. Aristophanes descreve a Sudene em sua concepção original: uma entidade não só do planejamento, mas também de supervisão e coordenação de ações voltadas para o desenvolvimento regional. E bem identifica os pilares que lhe deram sustentação, entre 1959 e 1964: a vontade política do presidente Juscelino, o apoio dos governadores do Nordeste e a ausência de uma estrutura nacional de planejamento.

Ao referir-se à tomada do poder pelos militares, no entanto, o veterano quadro da autarquia, que conviveu com as novas autoridades lá dentro, adota um maneirismo que já não se justifica. Ninguém suspeitava de “viés separatista” na doutrina da instituição. Achava-se, isto sim, que a Sudene tinha propostas “estatizantes”, “comunizantes”, para o Nordeste. Um equívoco que só se desfez com o tempo, resultando em desempenhos até marcantes dos novos superintendentes, com destaque para o general Euler Bentes Monteiro. Mas é preciso deixar bem claro que foi também nessa época que tiveram curso as deformações responsáveis pela progressiva descaracterização e pelo enfraquecimento da autarquia: a ausência de critérios técnicos nas decisões, a prodigalidade na administração dos incentivos, de par com a sua dispersão pelo país todo, e a progressiva perda de sua autonomia.

Com a precipitada e injusta extinção da entidade, após uma recuperação, mesmo tardia e incompleta, promovida sobretudo pelo general Nilton Rodrigues, que quadro agora defrontamos? Não devemos, em princípio, duvidar da vontade política do atual presidente, ao tomar as medidas necessárias para recriar a Sudene. Por outro lado, é de esperar que os governadores não sejam tontos, ao extremo de negar apoio a um órgão de promoção do Nordeste em seu conjunto, permanecendo na luta autodestrutiva dos incentivos fiscais estaduais. E a existência

de uma instância nacional de planejamento (por sinal, bem fraquinha e desprestigiada, em nossos dias) não elide a instância regional, sendo apenas indispensável pô-las em articulação.

Onde está, portanto, o erro na luta pela recriação da Sudene? E se falamos em *recriar*, não em *exumar*, onde está a volta ao passado? De que modo as “ações de integração nacional” podem ser conflitantes com a existência de um órgão regional de desenvolvimento que seria, justamente, o mais forte instrumento de reivindicação e conquista delas? O que mais vale, a voz isolada, ainda que respeitável, do dr. Aristophanes, ou o coro de um Conselho de Governadores?

É, no entanto, nos parágrafos finais do seu artigo que o dr. Aristophanes comete, talvez em semi-inconsciência, alguns pecados, dos quais, como homem digno, deveria penitenciar-se.

O primeiro, venial, é a sugestão ao presidente Lula para que não “mova um dedo” para impulsionar a recriação da autarquia. Recomendar ao presidente que esqueça não só um compromisso formal de campanha, mas também a promessa pública e solene feita a Celso Furtado, criador da instituição, é, na melhor hipótese, uma leviandade, na pior, um conselho cínico, ao estilo de Maquiavel.

O segundo, mais grave, porque se situa no plano da cortesia – e para um cavalheiro como sempre foi o dr. Aristophanes, “noblesse oblige” – é rotular-se de “capenga” o projeto encaminhado ao Congresso. É uma ofensa à professora Tânia Bacelar, coordenadora do grupo que o elaborou, em sua primeira versão, e à equipe de técnicos do melhor nível que participou do trabalho, entre eles meus amigos próximos Leonardo Guimarães e Sérgio Buarque. Todos, *no mínimo*, tão conceituados como o articulista e o seu interlocutor de “temas agrídoces”, Mariano Mattos.

O terceiro pecado, imperdoável, é o desrespeito à memória de Celso Furtado, consistente na proposta de um instituto de pesquisa com o seu nome, criatura inócua que ele nunca legitimaria. Pois já temos a Fundação Joaquim Nabuco, ocupando esse espaço. E já se arriscou manha semelhante, com o batismo antecipado do canal de transposição do São Francisco. O que dr. Celso realmente desejava, e o disse claramente, entre lágrimas, ao pedir que “fizessem o que ele não havia conseguido fazer”, nós, os veteranos da Sudene fiéis ao legado moral e intelectual do mestre, bem o sabemos: é o que estamos lutando por conquistar, e o dr. Aristophanes, equivocadamente, procura impedir.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 16/09/11.

CELSO FURTADO NÃO ERROU!

Cumprimento o jovem economista Alexandre Rands pelo seu livro *Desigualdades regionais no Brasil*, em lançamento por estes dias. Chamar a atenção para o problema educacional como condicionante de peso dos desníveis de renda entre as nossas regiões geográficas, como ele faz no trabalho, é atitude justa e meritória. E vem somar-se à campanha incansável, obstinada, quase heroica do senador Cristovam Buarque pela educação nacional, cruzada que ainda não teve o efeito almejado pelos brasileiros de boa fé.

Sua entrevista ao *Jornal do Commercio* em 27.08.2011, no entanto, merece algumas glosas. Poderia dizer também, recorrendo a jargão jurídico eufemístico, que suas declarações “comportam temperamentos”. Pois o dr. Rands, referindo-se à política de desenvolvimento aplicada no Nordeste, a partir dos anos 1960, afirma, sem meias palavras, que “Celso Furtado errou, o diagnóstico dele foi errado”. E isso por não ter dado a devida ênfase à educação – é o que resulta implícito pelo contexto – priorizando apenas a atividade industrial.

Atacar “medalhões”, polemizar com emoção, sacudir conceitos estabelecidos são fórmula segura para a notoriedade. Mas, pelo estofo de “scholar” do professor Rands, não creio ser este o seu caso. Certamente com ele se deu o que acontece com os intelectuais em entrevistas, sobretudo à televisão: a insistência dos entrevistadores e as limitações de tempo forçam o entrevistado a simplificar. E a simplificação é perigosa, pode levar a omissões de aspectos essenciais, comprometendo a integralidade da mensagem. Ocorre então, ocasionalmente, aquilo que o saudoso professor Milton Santos chamou de “corrupção do saber”.

Para repor as coisas nos seus lugares, podemos começar lembrando que a industrialização era *uma das linhas* do documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), bem como dos Planos Diretores de Desenvolvimento do Nordeste. Simplesmente pelo fato de que não há perspectiva de melhoria socioeconômica para uma região extensa, densamente povoada e com relativa escassez de recursos naturais sem a presença da indústria. Mas havia outras linhas: a adaptação da agricultura no Semiárido, a sua modernização e diversificação na Zona da Mata, a abertura de nova fronteira agrícola na Pré-Amazônia e o *aperfeiçoamento do*

fator humano, através, entre outras medidas, da *promoção da educação de base*. Não foi por outra razão que um dos departamentos mais importantes da Sudene era o Departamento de Assistência Técnica e Formação de Pessoal (DATF), depois rebatizado para Departamento de Recursos Humanos (DRH). E até a expressão “recursos humanos”, desconhecida ou incomum àquela época, foi cunhada pela autarquia.

Convém considerar, em seguida, que, com o afastamento e o exílio de Celso Furtado, o plano de desenvolvimento para o Nordeste foi mutilado pelos governos militares, não se podendo atribuir a erro de seu formulador as lacunas e insuficiências que se foram revelando, ao longo do tempo.

É certo que a ilusão “cepalina”, de resolver o problema do emprego nos países subdesenvolvidos com a indústria, se desfez. Mas a indústria continua indispensável, como indutora de transformações e aperfeiçoamentos nos outros setores, seja pela força de sua demanda, seja pelos bens e equipamentos que disponibiliza para a agricultura e os serviços.

Em qualquer plano de desenvolvimento há um princípio a ser observado, e o professor Rands o conhece muito bem: a *complementaridade dos programas*. Se só investirmos na educação, não promovendo a atividade econômica, a mão-de-obra qualificada emigrará, à procura de condições mais adequadas de emprego. No início dos anos 1970, como executivo de uma empresa industrial, na tarefa de recrutar operários especializados, ainda vivi tal experiência. Em contatos com o Senai, na busca de apoio, fiquei sabendo que boa parte dos formados em suas escolas técnicas deixava a região, por melhores oportunidades no Sudeste.

Naturalmente, este esclarecimento nada retira da importância do trabalho em foco, cuja ênfase na questão educacional é oportuna. Sobretudo no momento em que a atividade fabril nordestina, longamente estimulada, adquire dinamismo próprio, e depende cada vez menos dos incentivos tradicionais. Aprimorar a educação é também uma forma de respaldar a indústria, além do seu objetivo mais nobre, ético-político, de promover a cidadania. Minha intenção é apenas não deixar que o enfoque parcial de um problema complexo manche a imagem do primeiro grande pensador do desenvolvimento nordestino, cuja herança intelectual todos reconhecemos. Atitude compreensível para quem viveu com ele a “fase heroica” do planejamento econômico regional, e ainda hoje, onde e como pode, procura servir à sua grande causa.

Publicado no *Jornal do Commercio* em 17/09/11.

Esta edição foi composta nas fontes Georgia, Cabin Condensed e Calibri
projetada para a veiculação digital em versão E-book (PDF),
pela Editora Massangana, em 2023.

busca de notoriedade”. Escrevê-los não foi menos que um dever, afirma Clemente Rosas, para quem, como tantos jovens de sua geração, se deixou envolver pelo carisma do inventor da Sudene, e a ela dedicou a melhor parte de sua vida profissional.

Clemente Rosas Ribeiro nasceu em João Pessoa, em 27 de setembro de 1940. É formado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba e pós-graduado em Desenvolvimento Econômico pela Cepal/Sudene. Integrou o grupo de poetas conhecido como “Geração 59”. Foi superintendente do Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (Condepe) e procurador-geral da Sudene. Publicou os livros *Praia do Flamengo 132* (memórias políticas), *Coco de roda* (ensaios político-filosóficos), *Administração e planejamento* (artigos e ensaios) e *Lira dos anos dourados* (poemas e textos líricos de sua juventude). É autor também de muitos artigos em jornais e revistas da Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Mora atualmente em Praia Formosa, Cabedelo (PB).

ISBN 978-65-5737-037-7



A trajetória da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) é retratada neste livro por um de seus mais dedicados servidores. Com a experiência de várias passagens pela autarquia, desde a década de 1960, Clemente Rosas reflete, em seus artigos, sobre as conquistas e as polêmicas que envolveram a Sudene durante muitos anos. São artigos publicados originalmente em jornais diários. Textos que, com o tempo, passaram a compor os capítulos da movimentada trajetória da Sudene e transformaram-se em memória viva de quem viu, de perto, a história transcorrer. É o caso, por exemplo, dos textos em que Clemente Rosas rememora os seus contatos com o economista Celso Furtado, idealizador da autarquia e fonte de inspiração para muitos economistas de sua geração.